



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

BRENDA REGINA MOTA

MULHERES EM ESPAÇO DE PODER NO MARANHÃO OITOCENTISTA: um
estudo sobre a participação da Ana Jansen na política provincial

São Luís

2022

BRENDA REGINA MOTA

MULHERES EM ESPAÇO DE PODER NO MARANHÃO OITOCENTISTA: um
estudo sobre a participação da Ana Jansen na política provincial

Monografia apresentada ao Curso de História, da
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito
para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

São Luís

2022

Mota, Brenda Regina.

Mulheres em espaço de poder no Maranhão oitocentista: um estudo sobre a participação da Ana Jansen na política provincial/ Brenda Regina Mota. – São Luís, 2022.

81 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ana Jansen. 2. Relações de gênero. 3. Política. 4. Maranhão Oitocentista.
I. Título.

CDU 94(812.1):32-055.2

BRENDA REGINA MOTA

MULHERES EM ESPAÇO DE PODER NO MARANHÃO OITOCENTISTA: um
estudo sobre a participação da Ana Jansen na política provincial

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História e Geografia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão.

Aprovado (a): 20/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Profa. Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Universidade Estadual do Maranhão

Para minha mãe, que mesmo não estando mais presente nesse mundo tudo que faço é para ela. Te amo mãe, você sempre estará presente na minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de ter me concedido a graça de estudar no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

Ao meu namorado, que sempre me apoiou e esteve comigo durante esse processo.

À minha família que sempre esteve comigo nos momentos bons e de lutas ao longo dos anos da graduação, em especial a família Serejo.

Ao professor Marcell Ferreira, que foi meu professor de História do ensino básico, sempre me apoiou e me influenciou a escolher o curso de História.

À professora Dra. Júlia Constança, à oportunidade de ser Bolsista de Iniciação Científica em 2019 e às disciplinas por ela ministradas, que contribuíram para minha trajetória acadêmica.

À minha orientadora, professora Dra. Elizabeth Sousa Abrantes, que teve paciência em corrigir meus textos ajudando-me a melhorar minhas ideias e, por fim, aceitar a me orientar. Muito obrigada professora Beth.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão, em especial, Vanessa Rodrigues, Luís Aguiar, Alessandra Sena, Marcia Oliveira, Ticyana Franco, Vilma Teixeira, Silvana Garces que na execução de suas funções cooperaram para o bom andamento dessa pesquisa.

Aos meus colegas de classe, Laura Milena, Felipe Martins, Ricardo Marques, Lucas Meirelles, Raquel Mendes e a todos da turma de 2017.02, pois juntos, muitas vezes, tivemos que enfrentar e superar os obstáculos que o curso de História apresentava.

Aos meus amigos de infância que sempre estiveram presentes na minha vida: Giovanna Serejo, Tatyane Martins, Anderson Silva, Adriano, Analycia Lemos, Igor Azevedo, Emmyle Boavida e Annyele Rabêlo.

A todos que de alguma forma fizeram-se presentes em mais um ciclo da minha vida, meu muito obrigada!

Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas.
A ele seja a glória para sempre! Amém.”
(Romanos 11. 36)

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a atuação feminina em um ambiente de poder no século XIX por meio dos estudos da participação de Ana Jansen na política provincial. A discussão permeia sobre as relações de gênero e o papel que cada um podia exercer. Com isso, questiona-se: Como se deu a participação de Ana Jansen na política e como essa atuação contribuiu para sua imagem pública? A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica relacionada aos estudos de gênero, assim como acerca da política e da sociedade maranhense no século XIX. Essa pesquisa pautou-se em fontes primárias com jornais e manuscritos. Os estudos trouxeram discussões relevantes sobre a história de Anna Joaquina Jansen Pereira Leite, como uma figura que marcou os oitocentos com suas posturas nada convencionais e suas atuações tanto no espaço privado, sendo uma grande matriarca, assim como na vida pública assumindo cargos predominantemente exercidos pelo sexo masculino. Nesse sentido, mesmo em um ambiente representado pela figura masculina como a política, Ana Jansen conseguiu, por meio de artimanhas, influenciar e participar da política provincial do século XIX. E pelos bens feitos à sociedade maranhense ou até mesmo pelas ironias dos opositores D. Ana Jansen recebeu o título de “Rainha do Maranhão”. Sem dúvida, Ana Jansen foi uma figura intensa e marcou a sociedade pela atuação firme, enquanto mulher na província do Maranhão, o que a consagrou como uma figura emblemática, protagonista de pesquisas a mitos, sendo presente na memória coletiva do povo maranhense.

Palavras-chave: Ana Jansen. Relações de gênero. Política. Maranhão Oitocentista

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the role of women in an environment of power in the 19th century through the studies of Ana Jansen's participation in provincial politics. The discussion permeates about gender relations, and the role that each one could play. With this, the question is: How did Ana Jansen participate in politics and how did this performance contribute to her public image? The methodology applied is the bibliographic research related to gender studies, as well as about the politics and society of Maranhão in the 19th century. This research was also based on primary sources with newspapers and manuscripts. The studies brought up relevant discussions about the history of Anna Joaquina Jansen Pereira Leite, as a figure who marked the 1800s with her unconventional postures and her performances both in the private space, being a great matriarch, as well as in her public life, assuming positions predominantly exercised by the male sex. It is concluded that even in an environment represented by the male figure such as politics, Ana Jansen managed, through her tricks, to influence and participate in provincial politics in the 19th century. And for her goods made to Maranhão society or even for the ironies of her opponents, D. Ana Jansen received the title of "Queen of Maranhão". Undoubtedly, Ana Jansen was an intense figure and marked society for her firm performance, as a woman in the province of Maranhão, which consecrated her as an emblematic figure, protagonist of research into myths, being present in the collective memory of the people of Maranhão.

Keywords: Ana Jansen. Gender relations. Policy. nineteenth century Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	-	Jornal A Situação de 1864.....	20
Figura 2	-	Leis e decretos da província do Maranhão de 12 de dezembro de 1849.....	21
Figura 3	-	Anuncio de registro de óbito da Ana Jansen	26
Figura 4	-	Justificação de Batismo do José Jansen Paço.....	29
Figura 5	-	Requerimento e Petição de legitimação dos filhos da Ana Jansen com o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira antes do seu matrimônio.....	32
Figura 6	-	Requerimento e petição de legitimação do filho Manuel Jansen Pereira	41
Figura 7	-	Anúncio de aluguel de casas da Ana Jansen	46
Figura 8	-	Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão -1841.....	62
Figura 9	-	Jornal do Picapao criticando a atuação de Ana Jansen na doação de arroz para o Império brasileiro.....	63

QUADROS

Quadro 1	-	Relação de filhos de Donana Jansen.....	33
----------	---	---	----

LISTA DE SIGLAS

- APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão
- BPBL - Biblioteca Pública Benedito Leite
- BN - Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ANA JANSEN E A SOCIEDADE MARANHENSE NO SEU TEMPO	16
1.1 A cidade e a sociedade do tempo de Ana Jansen	16
1.2 Traços biográficos de Ana Joaquina Jansen Pereira Leite	27
2 NO LIMIAR DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO: a matriarca dos Jansen no espaço público e privado	36
3 ARDILOSA E SUBVERSIVA: dona Ana Jansen e sua atuação na política	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Ana Jansen é uma figura importante para história do Maranhão, torna-se quase impossível imaginar um maranhense sem conhecer essa figura que tanto marcou o século XIX e que ainda se faz presente no imaginário popular. Essa presença marcante até os dias atuais se deu pela expressiva atuação nos meios políticos, econômicos e sociais na sociedade ludovicense do século XIX, o que gerou a sua época ferrenhas críticas dos seus adversários, considerando a atuação feminina em espaços públicos majoritariamente ocupados por homens.

O século XIX é constituído por uma sociedade marcada pela cultura patriarcal, em que os homens são detentores exclusivos do poder de geri-la. Baseada na visão machista, a sociedade coloca-os como os únicos capazes de pensar e agir, obtendo o máximo de poder na construção e organização social, sendo esta visão e comportamento fortalecidos historicamente através das concepções culturais, sociais e políticas difundidas mundo a fora. (SILVA, 2012; NOVAES, 2012)

De outro lado, a mulher tinha papel limitado na sociedade, da sinhá até a escrava. Papel este de extrema submissão, levando-a à exclusão sob qualquer forma de participação na política, cultura e no social, e aquelas que se destacavam eram vistas como revolucionárias e que seguiam por “linhas de transgressão, de ação e de tomada de posição”, articulando-se e desafiando as relações de gênero, assim, demonstrando contrariedades às estruturas morais de sua época. (FERNANDES; BARROSO, 2019, p. 10)

É neste contexto que surge Anna Joaquina Jansen Pereira Leite, destacando-se como ícone feminino na História do Maranhão, considerando suas atuações sociais, interferindo nos aspectos político e administrativo. Nesse ensejo, este estudo propôs analisar a participação feminina na política por meio da figura da Ana Jansen no século XIX, tendo em vista ser um espaço historicamente construído e dominado por homens.

Considerando a situação feminina à época de Ana Jansen, o propósito deste estudo, é, portanto, encontrar respostas para seguinte pergunta: Como se deu a participação de Ana Jansen na política e como essa atuação contribuiu para sua imagem pública?

Anna Joaquina Jansen Pereira Leite, mulher de destaque e de grande influência na sociedade e na política ludovicense, com grande capacidade de administrar os seus bens, constituiu uma riqueza que acabou influenciando politicamente as decisões da Província do Maranhão no século XIX, beneficiando a si e seus parentes. Isto, por sua vez, propiciou a formação de grupos opostos a Donana, buscando reduzir seu poder e suas riquezas. Grupos estes que oportunizaram a formação de lendas, mitos e estórias negativas em torno da figura de

Ana Jansen.

No mundo ocidental, com a chegada da modernidade houve grandes mudanças nos papéis de gênero. O século XVIII, com os crescentes processos de industrialização na Europa, levou a uma reorganização na economia e no social. Portanto, configurou-se a família burguesa e logo as divergências entre o privado e público. O mundo moderno atribuiu às mulheres funções próprias do domínio privado e, assim, assumindo as responsabilidades dos filhos e da casa, e em contrapartida favorecendo uma estrutura que colocaria os homens no envolvimento de assuntos da política e economia, características que se designam ao domínio público. (COELHO; BAPTISTA, 2009)

A política no século XIX se constituía como um lugar no qual a cultura patriarcal era sua base e o homem se sobrepunha em todas as instâncias. A mulher tinha características que buscavam expressar dependência do “sexo forte” como passividade, docilidade, fragilidade e sua única preocupação naquele contexto era um bom casamento

Essas construções do imaginário feminino eram fomentadas e disseminadas por meio das igrejas, escolas, salões de festas e, também, por meio da primeira instituição de sociabilidade do ser humano que é a família. Essas construções dos ideários femininos e masculinos eram atribuídas a lugares, papéis sociais e logo entendidos como valores naturais de cada sexo. (ABRANTES, 2014)

Em uma sociedade culturalmente patriarcal e sem espaço da representação feminina na esfera pública e, principalmente, se tratando da política, a figura de Ana Jansen, uma mulher que desafiou as condutas da sociedade maranhense do século XIX, marcou tanto no aspecto da participação da esfera pública como nos traços políticos.

Diante desse cenário, percebeu-se a necessidade de apresentar a história sobre Ana Jansen e, principalmente, no aspecto político já que a maioria dos estudos não se aprofunda nessa atuação, considerando ser Ana Jansen uma mulher que influenciou politicamente na Província do Maranhão e que se destacou por ter tomado decisões importantes para a sociedade ludovicense do século XIX.

A importância de estudar sobre a representação feminina na política durante esse período é necessária para compreender que mesmo nos bastidores houve uma presença feminina nessa esfera pública na província do Maranhão, mesmo sendo um espaço totalmente representado pelo sexo masculino. Sendo relevante que as histórias femininas sejam contadas, afinal, as mulheres também são agentes e protagonistas da história.

O objetivo deste estudo é analisar a atuação feminina em um ambiente de poder no século XIX por meio do estudo da participação de Ana Jansen na política provincial. Quanto

aos específicos, destacam-se: explicar o contexto sociopolítico do Maranhão do XIX; apresentar os papéis femininos na sociedade maranhense oitocentista e as interdições à atuação das mulheres no espaço público; analisar a construção da imagem pública de Ana Jansen a partir de sua atuação na política provincial.

Para este fim, utiliza-se uma bibliografia relacionada aos estudos de gênero, assim como a política e a sociedade maranhense no século XIX. Essa pesquisa se pautou também em fontes primárias com jornais e manuscritos. A coleta de dados, primeiramente, se deu na realização de buscas em livros e artigos científicos que evidenciam o contexto político durante o século XIX, assim como, assuntos relativos às relações de gênero, papéis e valores femininos durante esse marco temporal. Depois a coleta de dados da pesquisa foi feita na Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL, pelo site da Biblioteca Nacional - BN (Hemeroteca) e no Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Ana Jansen e a sociedade maranhense no seu tempo*, são abordados aspectos socioeconômicos no contexto em que Ana Jansen estava inserida. O século XIX foi de grande avanço para a sociedade maranhense e, em alguns aspectos, até mesmo para as mulheres, especialmente no campo educacional, as quais não tinham espaço na estrutura da ordem social. Está dividido em dois tópicos, um contempla a sociedade maranhense no Oitocentos e o segundo tópico uma biografia acerca da figura de Ana Jansen.

O segundo capítulo versa sobre *O limiar dos papéis sociais de gênero: a matriarca dos Jansen no espaço público e privado*. Trata dos papéis femininos na sociedade maranhense e da construção da imagem pública de Ana Jansen, buscando nas normas estabelecidas pela sociedade entender como se deu a atuação dessa figura feminina da elite na esfera pública e privada.

O terceiro capítulo tem como título *Ardilosa e subversiva: dona Ana Jansen e sua atuação política*, em que as táticas de Ana Jansen na esfera pública para influenciar politicamente a província são abordadas, buscando compreender como se deu essa participação e como a atuação dela influenciou a própria imagem em relação ao imaginário.

1 ANA JANSEN E A SOCIEDADE MARANHENSE NO SEU TEMPO

1.1 A cidade e a sociedade do tempo de Ana Jansen

O Maranhão foi ocupado em 1612 pelos franceses, sob o comando de Daniel de La Touche e François de Rasilly, cujo objetivo era instalar aqui a França Equinocial, mas não tiveram êxito e foram expulsos em 1615 pelos portugueses, na batalha de Guaxenduba. Toda administração e colonização da região e da cidade de São Luís se deu pelos portugueses. (LACROIX, 2000; ABRANTES, 2014)

O Maranhão cresceu em todos os aspectos estruturais com o estilo da colonização portuguesa. Durante o século XVII e parte do século XVIII, o aspecto econômico da capitania (depois Estado colonial) não era relevante aos interesses de Portugal, pois ainda se baseava em uma produção que não atendia as necessidades da metrópole. Um exemplo dessa carência é a baixa produtividade, voltada mais para a subsistência, ainda com o uso do algodão como moeda de troca. Para Campos (2010, p. 98):

Muito provavelmente balizados pelas palavras escritas por Mendonça Furtado, que tão logo assumiu o governo, descreveu o Estado como de “extrema miséria”. Muitos historiadores afirmam que, até meados do século XVIII, o cenário maranhense era marcado pela pobreza e marasmo, em que a maioria dos colonos dedicava-se a uma agricultura rudimentar, com predomínio do cultivo da mandioca, do algodão e do tabaco, apenas capaz de suprir as necessidades básicas da alimentação e vestuário em uma capitania onde tudo era carência.

Tal situação de ordem econômica do Maranhão tem uma melhora com a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Amaral (1923, p. 43) retrata os pontos notáveis do Maranhão e destaca que pelo “Alvará de 7 de agosto, é criada a Companhia Geral do Comercio do Maranhão e Grão-Pará, com o capital de RS.445:600\$, dividindo em 1164, ações, de 400\$000.”.

O objetivo da instalação da companhia foi investir em grandes recursos no Estado Colonial do Maranhão, contribuindo para a economia por meio da exportação do algodão e do arroz, tal ação fomentou definitivamente a utilização da mão-de-obra escrava africana, assim gerando mais riqueza para o Maranhão. Segundo Caio Prato Jr (1980, p. 91):

É no Maranhão que o progresso da Cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios,

numa das mais ricas e destacadas capitanias.

O Maranhão, influenciado pela exportação do arroz e, mais precisamente o algodão, cresceu consideravelmente ao longo do século XVIII e do século XIX. Juntamente com o crescimento econômico se deu também o aumento da cidade de São Luís, com a chegada de fazendeiros e comerciantes. Nesse sentido, Abrantes (2014, p. 32) destaca que “Ricos casarões foram erguidos na cidade para a moradia dessa classe opulenta, que passava também a ter mais espaços de sociabilidade e atrativos culturais, a exemplo do Teatro União construído em 1817”.

A elite de São Luís, impulsionada pelas mudanças trazidas pelo comércio de escravizados, produção de algodão e arroz em escala internacional, estruturou uma sociedade que também necessitava dos seus espaços de entretenimento. O teatro, de acordo com Abrantes (2010), foi um espaço que, embora tivesse recebido inúmeras companhias europeias (francesas, italianas e portuguesas), foi também utilizado para inspirações ufanistas, mediante a recém adesão da Independência do Brasil.

De acordo com Amaral (1923, p. 101):

Em 1817 no dia 01 de julho, concluídas as obras do teatro, começa elle a funcionar com a denominação de União, recordando assim, a união do Brasil com Portugal; e tem logar o primeiro espectatulo, representado por uma companhia que Varella fora contactar em Lisbôa. Achando-se muito arruinado em 1852, quando já pertecente À Província, fizeram-se nelle grandes reparos e melhoramentos, dando-se lhe então o nome de S. Luiz que conservou até ha bem poucos dias

O espaço do Teatro era a oportunidade que as elites tinham de esbanjar as suas virtudes intelectuais e artísticas. Para as mulheres, em específico, era a oportunidade que tinham de saírem da zona domiciliar e visitar outros espaços do convívio social. Para além destes ambientes, a igreja e escolas preparatórias também eram locais em que a mulher poderia frequentar. (ABRANTES, SANTOS, 2011).

No espaço urbano de São Luís, principalmente, inicialmente os imóveis eram feitos de barro e cobertas de palha. E com esse grande impacto econômico também começou a melhorar as residências, substituindo por casarões feitos de pedra e cal, os mais ricos sendo revestidos de azulejos vindos diretamente de Portugal.

As igrejas e prédios públicos também ganharam construções mais sólidas. Essa melhoria na arquitetura urbana e no padrão de vida de muitas famílias em São Luís refletia a opulência econômica vivida na Província naqueles tempos de prosperidade. Era possível distinguir a situação social dos moradores pelo material da casa, que variava da pedra e cal à palha.

(ABRANTES, 2013, p.53).

É notável o crescimento econômico no Maranhão em decorrência da produção e da exportação do algodão para o mercado internacional, com destaque para algumas circunstâncias e conjunturas como as guerras da Independência e da Secessão dos Estados Unidos da América do Norte (1776 e 1861) fato que ocasionou” a desorganização da exportação da matéria-prima naquele país e obrigou os ingleses a importar mais produtos do Maranhão. São Luís abastecia com algodão de boa qualidade os teares da Inglaterra, e assim enriqueceu. ” (PINHEIRO & FEITOSA, 2017, p. 255).

O século XIX foi um período de importantes mudanças para o Maranhão, começando pela independência em relação a Portugal e adesão ao Império brasileiro, momento de lutas políticas e sociais, com grande participação das camadas populares na busca por um espaço na nova ordem sociopolítica, como foi o caso da mais importante revolta popular desse período, a Balaiada. A capital, São Luís, viveu nesse momento seu esplendor, com grandes investimentos de fazendeiros e comerciantes em ricas residências, assim como do poder público por meio de normas do bem viver e serviços urbanos, para tornar a cidade com ares civilizados, conforme os moldes europeus. (ABRANTES, 2013, p.47)

Sendo assim, podemos verificar que esse período é marcado por grandes inovações e mudanças. O Maranhão do século XIX foi marcado por características identitárias relacionadas a opulência econômica e cultural, uma vez que as referências desse período intitulam a transição do século XVIII para o século XIX como idade do ouro (RESENDE, 2007).

O Maranhão precisava criar uma identidade própria para que houvesse distinção da sua Província perante as outras. O elemento econômico colaborou para esse sentimento de singularidade, dando-lhe como representação de “Atenas Brasileira”. São Luís buscava essa representação de uma cidade civilizada como as da Europa, que progrediram economicamente nessa época com a revolução industrial, iniciada pela Inglaterra, no século XVIII, possibilitando desde então uma economia mecanizada e a produção em larga escala, além do investimento no ramo da tecnologia e do aperfeiçoamento das técnicas de produção.

Os estudos do historiador Marcelo Cheche (2019, p. 16) ressaltam o crescimento econômico, demográfico e melhoramento da urbanização de São Luís durante o século XIX. Dentre essas inovações, durante o século XIX, é importante ressaltar a criação dos jornais no Maranhão, os quais são uma fonte histórica que nos possibilita compreender o passado e suas particularidades.

A atividade tipográfica chegou no Brasil a partir da entrada da família real em 1808.

Devido ao contexto de mudanças por meio da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, aconteceu a instalação da imprensa régia, sob as diligências de D. João. Todavia, foi a partir dos resultados positivos da Revolução Liberal de 1820 que outras capitanias foram se desenvolvendo gradativamente.

No Maranhão, a história da imprensa remonta ao final de outubro de 1821, quando chegou a São Luís a primeira tipografia da província. Vinda da Europa, a mando do presidente Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, a Tipografia Nacional Maranhense foi mantida sob recursos do Erário. Poucos dias depois, dava-se início à impressão do primeiro jornal em solo maranhense. Tratava-se d'O Conciliador do Maranhão, que já circulava, de forma manuscrita, desde 15 de abril daquele mesmo ano. Foram 34 edições produzidas nesse formato, até que, em 10 de novembro, passasse a ser impresso o direta em destaque (MATOS & ANDRADE, 2021, p.169,170).

O primeiro jornal no Maranhão foi *O Conciliador do Maranhão*, que já circulava desde 15 de abril do ano de 1821 de modo manuscrito e tinha como finalidade retratar o contexto político da época. Apesar de grande parte da sociedade ser analfabeta, a imprensa foi fundamental para esse processo de cidade erudita, ou melhor, cidade civilizada aos moldes europeus.

O Jornal *A Situação* foi fundado em 18 de junho de 1863, órgão oficial do Partido Conservador. Tinha como redatores Luís Antônio Vieira da Silva, Heráclito Graça e João da Mata de Moraes Rego. Em seus últimos tempos, foi redigido pelo jornalista Fernando Vieira de Sousa. Apesar desse marco temporal não ser mais os momentos “gloriosos” de São Luís, o periódico retrata que na metade do século XIX ainda era forte esse sentimento de pertencimento a Europa.

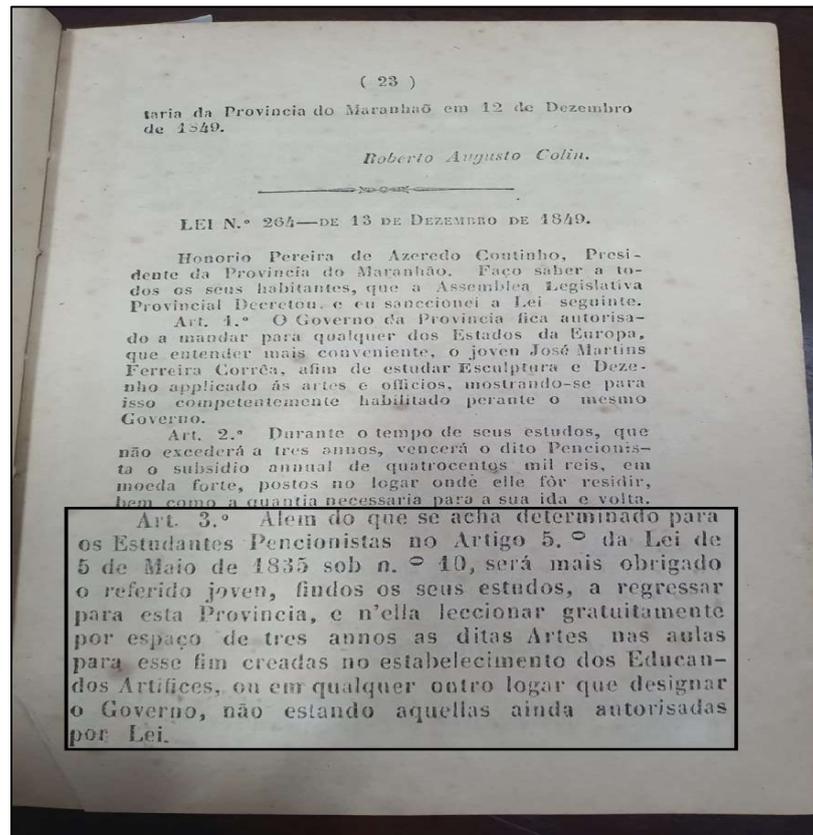
Figura 1 - Jornal A Situação de 1864



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Jornal A situação de 1864

Outro fator importante para o desenvolvimento do Maranhão no século XIX foi o letramento da elite que sentia a necessidade de se afirmar como sociedade erudita e civilizada, enviando muitos jovens para estudar na Europa, principalmente na universidade de Coimbra. Muitos desses jovens são pertencentes a elite maranhense, como por exemplo os dois filhos da Ana Jansen, o Isidoro Jansen Pereira e o Manuel Jansen Pereira. Além deles, destaca-se Gonçalves Dias. Aqueles que não tinham condição de sustentar seus estudos na Europa, o governo financiava e, em contrapartida, tinham que trabalhar três anos de graça para a Província. Nas leis e decretos da Província do Maranhão no ano de 1849, que estão disponibilizadas para pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão, podemos observar bem como funcionava.

Figura 2 - Leis e decretos da província do Maranhão de 12 de dezembro de 1849



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Leis e decretos da Província do Maranhão do 12 de dezembro de 1849

Como podemos observar, essas ações do governo e da elite maranhense tinham como objetivo gerar mais status, mostrar mais credibilidade em relação a outras províncias do Maranhão e, assim buscar novos conhecimentos, pois somente a Europa podia ter a cognição de oferecer tal função.

Esses momentos de grandes conquistas econômicas começavam a declinar a partir do segundo quartel do século XIX, com o preço do algodão despencando no mercado internacional e o resultado foram fazendeiros e negociantes a falir, porém, não foi nesse momento que se deu o esfacelamento do algodão, sendo esse um processo gradativo.

Apesar das oscilações frequentes da cotonicultura maranhense, provocadas pela queda das exportações e a baixa de preços devido à forte concorrência internacional, principalmente do algodão norte-americano, até a década de quarenta o algodão era ainda o principal produto de exportação da Província. A crise da lavoura também teve seu agravamento provocado pelo conflito da Balaiada, que alterou o cotidiano das fazendas de algodão, principalmente no vale do Itapecuru, com a fuga de escravos e a retirada de muitas famílias para São Luís, as quais abandonavam suas propriedades ou a deixavam somente na mão dos feitores. (ABRANTES, 2014, p.56)

A elite maranhense justificava a decadência nas lavouras devido à crise da falta de braços, como a lei de 1831 que consistia a liberdade de escravos desembarcados no Brasil, assim como a lei de 1850, proibindo o tráfico negreiro. A elite acentuava as decadências com as crises da mão de obra escrava negra africana e buscava meios para burlar essas leis. Sobre essas atitudes, Ana Jansen conseguia driblar as leis impostas pela legislação Imperial e,

Para isso, tinha esplêndidas relações com os grandões da terra e mesmo aqueles incumbidos de fazer cumprir a lei obedeciam de preferência a seus feitiços de sedutora consumada [...]. Mandara abrir um canal que saía do rio Bacanga para o mar, por onde lhe chegavam os escravos” (RIBEIRO *apud* MORAES, 1999, p. 73).

Nos relatórios dos presidentes da Província, como do presidente Joaquim Franco de Sá (1847), eram retratados o estado econômico da província. O presidente Franco de Sá acudiu de imediato a situação da região, que se encontrava em estado crítico com a crise do mercado de algodão, introduzindo melhorias na cultura da cana e na indústria do açúcar e fomentando a fundação de novos engenhos.

Como já abordado aqui, o fator econômico no início do século XIX colaborou para grandes mudanças na província, resultando em modificações da densidade demográfica, registrando “em 1822 cerca de 152.893 habitantes da província, sendo 77.914 escravos, ou seja, esses correspondiam 51% da população maranhense. ” (COSTA, 2018, p. 247).

Percebe-se que grande parte da sociedade do início do século XIX era composta por escravos negros. Em São Luís, o crescimento populacional também decorreu dos conflitos políticos, como A Setembrada, em 1831, e, principalmente a Balaiada entre 1838-1841. Para Abrantes (2014, p.36) “A imigração que muitas famílias do interior fizeram para a capital em busca de segurança durante o conflito da Balaiada, que envolveu uma parte da província entre 1838-1841, provocou um aumento inesperados de habitantes na cidade”. A economia teve momentos “gloriosos”, assim como crises da lavoura que favoreceram esse deslocamento dos fazendeiros que se mudassem definitivamente para a cidade, da mesma forma contribuindo para o crescimento demográfico da população ludovicense.

As leis e decretos da província durante o século XIX evidenciam esse desenvolvimento, como por exemplo a criação do Liceu Maranhense em 24 de julho de 1838, na gestão de Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo (1838 - 1839), cuja direção confiou a Francisco Sotero Reis, tendo Manoel Jansen Pereira, o primogênito da Anna Jansen, lecionado Rhetorica e Poetica. Dentre esses desenvolvimentos de instituições culturais e de ensino

destacam-se:

(...) Biblioteca Pública, o Gabinete Português de Leitura, várias livrarias, gráficas, o Teatro São Luís, inúmeros jornais, bancos, Companhias prestadoras de serviços urbanos, um Liceu para o ensino público secundários dos meninos, o Colégio Nossa Senhora da Glória para o ensino particular das meninas, lojas de artigos de luxo e serviços de costureiras e cabeleireiros para deixar as elites de São Luís em dia com a moda europeia. (ABRANTES, 2014, p. 37)

Essa melhoria no aspecto da urbanização se efetivou mais na segunda metade do século XIX, tanto quanto a estrutura dos serviços públicos, o embelezamento e a higiene de São Luís. O crescimento demográfico da cidade requeria disciplinamento no ambiente público e dos habitantes como escravos e os livres pobres, no intuito dessas pessoas contribuírem para a imagem de uma sociedade civilizada aos moldes europeus. Logo, foram criadas leis de postura para normatizar as atividades e as convivências no espaço público.

Moraes (1989, p. 96), em sua obra *Guia de São Luís do Maranhão*, ressalta o crescimento da sociedade e a consequências, tendo em vista as crescentes necessidades básicas dos habitantes, incluindo as de abastecimento de água. O abastecimento de água potável em São Luís se dava pela população que retirava a água diretamente dos poços e nascentes, ou pelos aguadeiros que vendiam a água pela cidade em pipas que transportavam em carroças de burro. De acordo com a historiografia, Ana Jansen monopolizava esse comércio, utilizava os escravos para ir até as fontes do Apicum e Vinhas e, assim, acabava lucrando com a comercialização desse produto.

Nos jornais da época são visíveis o atraso e o descontentamento da poluição em relação ao abastecimento de água potável na cidade.

Segundo Abrantes (2014, p. 42):

Em 1850 o governo provincial foi autorizado a incorporar uma companhia que se encarregasse de canalizar as águas do rio Anil para o abastecimento de São Luís. O projeto foi entregue ao jovem engenheiro Teixeira Mendes, formado em Paris, que assinou em 1856 o contrato para instalação da Companhia das Águas do Rio Anil. A companhia concluiu seus trabalhos em 1862, tendo recebido uma concessão de 60 anos para a venda de água na capital.

O governo Provincial autoriza as atividades para incorporar uma Companhia de água no intuito de sanar esse problema que tanto assolava a província. Todavia, a companhia recebeu uma forte oposição, principalmente vindo de Ana Jansen, uma das mais prejudicadas, já que era uma das principais comerciantes daquele produto. O resultado foi que após ser

instalada, a companhia sofreu vários atentados que acabaram contaminando e danificando aquele serviço e, assim, gerando declínio. Esse fator foi responsável para o fim da canalização dessa água, e assim, continuando naquele tradicional abastecimento de água.

Durante o tempo de vida, Ana Jansen continuou monopolizando o sistema de água na capital. Somente “em 1874 o poder público fez novamente uma outra tentativa inaugurando a Companhia das Águas de São Luís, apesar de não ter solucionado o problema por completo, pois atendia principalmente a minoria economicamente privilegiada.” (ABRANTES, 2014, p.43).

O século XIX também foi marcado pela criação da iluminação a gás com a Companhia de iluminação a gás do Maranhão, em 1862. Em 1871, foi iniciado o serviço de bondes puxados à tração no Centro da cidade, foram elementos responsáveis para fomentar essa estrutura de avanços no espaço urbano de São Luís no século XIX.

Além da implantação desses serviços, o núcleo urbano de São Luís foi alvo de práticas sanitárias até então inexistentes. Era o período das epidemias, mais evidentes nos surtos de varíola de 1854, 1856 e 1871. A prevenção ao contágio de doenças ocupou boa parte das políticas governamentais, tornando-se sinônimo de aperfeiçoamento urbano. (COSTA, 2018, p. 249)

A questão sanitária também foi importante elemento nesse período, o governo deu relevância a este aspecto devido aos surtos de varíola ao longo do século XIX. A elite maranhense dizia ser uma enfermidade que se manifestava do “ar doentio” e se concentrava em determinados lugares. Diante desse cenário, intensificou-se a limpeza do espaço urbano, a intervenção em hospitais e cemitérios (COSTA, 2018, p. 249). Novamente citando os relatórios de presidentes da Província do Maranhão, que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão, na gestão de José Luís de Oliveira Lins de Vasconcellos (1879 - 1880) começaram a ser afastados os cemitérios do espaço urbano, pois acreditava-se que poderiam contaminar a sociedade.

Mediante ao embelezamento e higiene da cidade, foram criadas leis para que evitassem muita circulação. “A população pobre foi mais diretamente atingida pela modernização do espaço urbano, já que parte de seus hábitos de moradia, de trabalho e mesmo de lazer eram tidas como anti-higiênica. Em tal contexto, a ociosidade e os simples atos de perambular pela cidade passaram a ser objeto de preocupação das autoridades” (COSTA, 2018, p. 250).

A obra de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, um romance naturalista que foi lançado no ano de 1890, retrata a modernização do Rio de Janeiro e, por sua vez, a consequência desses

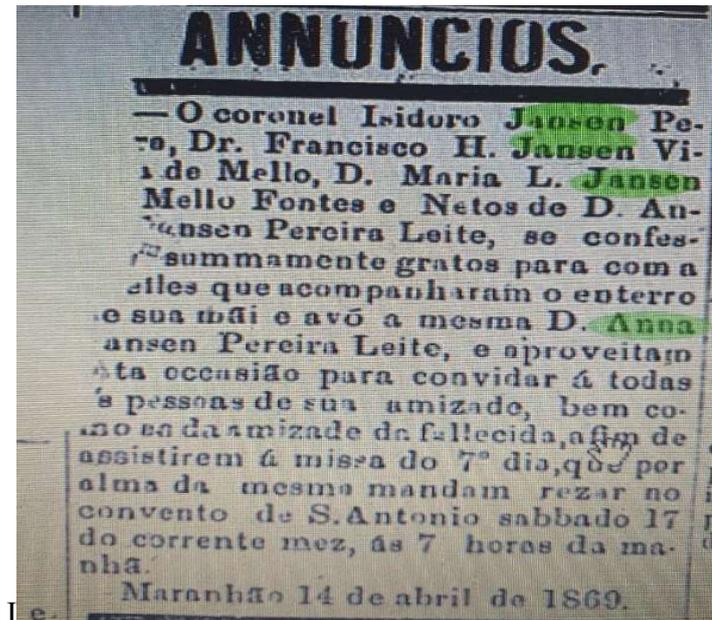
grandes avanços em gerar desigualdade social, pois a camada mais pobre da sociedade normalmente não estava incluída no planejamento. Da mesma forma, podemos dizer que isso aconteceu na segunda metade do século XIX, em São Luís, pois não houve um planejamento que incluísse a sociedade como todo.

A prática religiosa desde os princípios do Maranhão sempre esteve presente na vida social e não seria diferente no século XIX. A igreja Católica se apresentava como superior aos poderes terrenos que normatizavam a vida de cada pessoa. “O número de igrejas e clérigos existentes em São Luís do Maranhão tornava presente e visível aquele poder, que a sociedade aceitava por tradição e temor” (FADIGAS, 2021, p. 112).

A frequência dos atos religiosos era uma obrigação que resultava mais de uma imposição social que de um fervor religioso; mas nem por isso deixaria de contribuir para a manutenção e reforço da presença religiosa como expressão do domínio do poder clerical sobre uma sociedade que se preocupava, acima de tudo, com os seus negócios. A prática religiosa funcionava, deste modo, como um seguro para garantir no céu, após a morte, uma recompensa que afastasse o terror dos infernos. Aliás, a promessa de uma recompensa post mortem era uma das formas utilizadas para alimentar o fervor religioso; mesmo que ele fosse às vezes, mais aparente que real. (FADIGAS, 2021, p. 112)

A igreja Católica, durante esse momento orientava e dirigia as pessoas, como é caso da Ana Jansen, devota de Santo de Antônio. No registro do seu óbito, o jornal Publicador Maranhense acrescentava um aviso que no dia 17 de abril seria celebrado uma missa na igreja de Santo Antônio, tal ação era costume da sociedade e está presente até hoje.

Figura 3 - Anúncio de registro de óbito da Ana Jansen



Fonte: Jornal Publicador Maranhense de 14 de abril 1869 - Arquivo Pessoal/Hemeroteca Nacional

Ana Jansen, assim como as demais pessoas da sociedade maranhense no século XIX, tinha que respeitar as condutas das leis moralistas impostas pela religião, caso a pessoa não seguisse as regras era mal vista pela sociedade. Uma mulher, por exemplo, que mantivesse relações sexuais antes do casamento, ou até mesmo filhos fora deste, teria a imagem corrompida e seria motivo de chacota pela sociedade e, certamente, não conseguiria um casamento, algo extremamente importante para as mulheres naquele período.

No referido testamento, a matriarca dos Jansen reconheceu todos os filhos e filhas que tivera fora do casamento, justificados como sendo fruto de sua “fragilidade”, explicando que foram expostos em outras casas por motivo de “decência”. A situação de Dona Ana Jansen tendo que abandonar alguns filhos recém-nascidos por serem frutos de uma relação fora do casamento, demonstra bem a intolerância da sociedade para com as mulheres que tinham essa ousadia, uma vez que o casamento era a única forma aceita para a mulher exercer sua sexualidade e mesmo assim com a finalidade da procriação. Mesmo uma mulher com a fortuna e o destaque empresarial e político como Ana Jansen, não escapava dos códigos normativos da sua época no que diz respeito à moral feminina, tendo, portanto, que encobrir seus repetidos estados de gravidez e os filhos naturais tidos de relações extraconjugais, o que nos faz pensar na relação entre poder e condição feminina naquela sociedade. (ABRANTES, SANTOS 2011 p.04)

Ana Jansen sempre justificava suas condutas como sendo “fruto de sua fragilidade”, pois tinha medo de ser julgada pela sociedade. No entanto, grande parte da sua vida foi não obedecer a moralização do papel feminino no século XIX, com relacionamentos extraconjugais

e filhos antes do matrimônio, e até mesmo exercendo papéis sociais que não eram permitidos para as mulheres. Portanto, retratar a religião como aspecto característico da sociedade é fundamental para compreendermos que a igreja foi um instrumento de poder naquele período, uma vez que propagava as divergências entre o papel feminino e o papel masculino na sociedade maranhense.

Com esse tabu em relação ao desejo sexual, a mulher precisava esconder seus sentimentos para não ser comparada às prostitutas, consideradas mulheres anormais, uma aberração, detentoras de uma libido extremada. O (“mau”) exemplo de Donana era uma prova de que as mulheres, seja do povo ou das elites, tinham suas táticas para burlar a vigilância das famílias e da sociedade e exercerem sua sexualidade, especialmente num contexto marcado pela emergência do amor romântico e do crescente crítico aos casamentos impostos pela família sem a aprovação dos noivos. Transgredir e ocultar, utilizando o próprio discurso moralista vigente da “fragilidade feminina”, eis a tática de Donana para viver seus amores e manter sua reputação na misógina sociedade maranhense (ABRANTES, SANTOS 2011, p. 05)

Ana Jansen, assim como outras mulheres de elite, tinha suas táticas para burlar as moralidades religiosas. O papel da mulher desde o seu nascimento era se preparar para o casamento e assim se tornar uma representação de poder nas residências, e nesse posto Ana Jansen aproveitou muito bem e até recebeu muitos títulos, como a “matriarca dos Jansen”. Podemos compreender que o Maranhão no século XIX passou por grandes mudanças e inovações como a política, a economia, o social com crescimento da sociedade, melhorias da infraestrutura da capital, os estudos femininos, com a criação de escolas para o sexo feminino, possibilitando mesmo que de forma incipiente a presença das mulheres na esfera pública. Não podemos esquecer de mencionar o papel da religião na sociedade maranhense durante esse período, elemento propagador das divergências de gênero.

1.2 Traços biográficos de Anna Joaquina Jansen Pereira Leite

Este tópico apresenta os traços biográficos e a participação de Anna Jansen Pereira na sociedade ludovicense do século XIX, e de como eram estabelecidas as relações de poder nesta época, principalmente pela posição social e poder de comando que possuía a matriarca dos Jansen. Esclarecemos que a análise documental desta figura feminina no século XIX é voltada para um perfil de uma senhora com grande habilidade administrativa dos seus bens e que, conseqüentemente, transformou sua herança um grande “Império Econômico”, destacando-se social, cultural e politicamente na região maranhense (ADLER, 2018).

Mulher de grande influência e articuladora política e cultural, Ana Jansen participou ativamente das discussões política de sua época, estava nos holofotes jornalísticos, realizava saraus com apresentação de artísticas renomados da época e, até mesmo, apresentando novos artistas. Assim, “Anna Jansen fez história, rompeu barreiras e passou a ser conhecida como a “Rainha do Maranhão” (SAMPAIO, 2015, p. 73).

Anna Joaquina Jansen Moller de Castro,¹ neta de Teodoro² Jansen Moller, filha de Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller (JANOTTI, 1996), D. Anna Joaquina Jansen Pereira Leite nasceu por volta de 1787 e 1798³ na capital São Luís, na Freguesia Nossa Senhora da Vitória, proveniente de uma família nobre, mas falida. Seu primeiro casamento foi com o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira⁴, em 1822, tendo seis filhos – Isidoro, Bruno, Anastácio, Ângela, Ana Augusta e Joaquim, todos Jansen Pereira, bem como Manoel Jansen Pereira⁵, filho que teve antes deste casamento, quando ainda solteira, comportamento que, à época, contrariava todas as regras estabelecidas pela sociedade

Segundo Abrantes (2014, p. 101), as representações femininas construídas pela sociedade brasileira ao longo do tempo continuavam predominante no século XIX, apesar dos novos discursos filosóficos e científicos da época, eram substanciadas ainda pelos valores monárquicos, em que as mulheres eram vistas como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissas, características que a representava pela natureza feminina – sexo feminino. Sendo assim, Ana Jansen desafiou diversas vezes as condutas da imagem que representava as mulheres durante aquele período.

No que tange ao nascimento de Ana Jansen, documentos (Figura 01 e 02) revelam datas distintas, segundo estudos de Rezende (2012, p. 03):

¹ Assim como a sua data de nascimento seu nome antes de solteira também são assuntos discutidos, no entanto no Arquivo Público do Estado do Maranhão nos documentos de requerimento de sesmaria foi encontrado o seu nome antes do seu casamento no ano de 1804. Esse documento será apresentado na parte do anexo desse trabalho

² O documento de habilitação de casamento do Teodoro Jansen Moller com D.Maria de Castro Calvante constará na parte de anexo desse trabalho

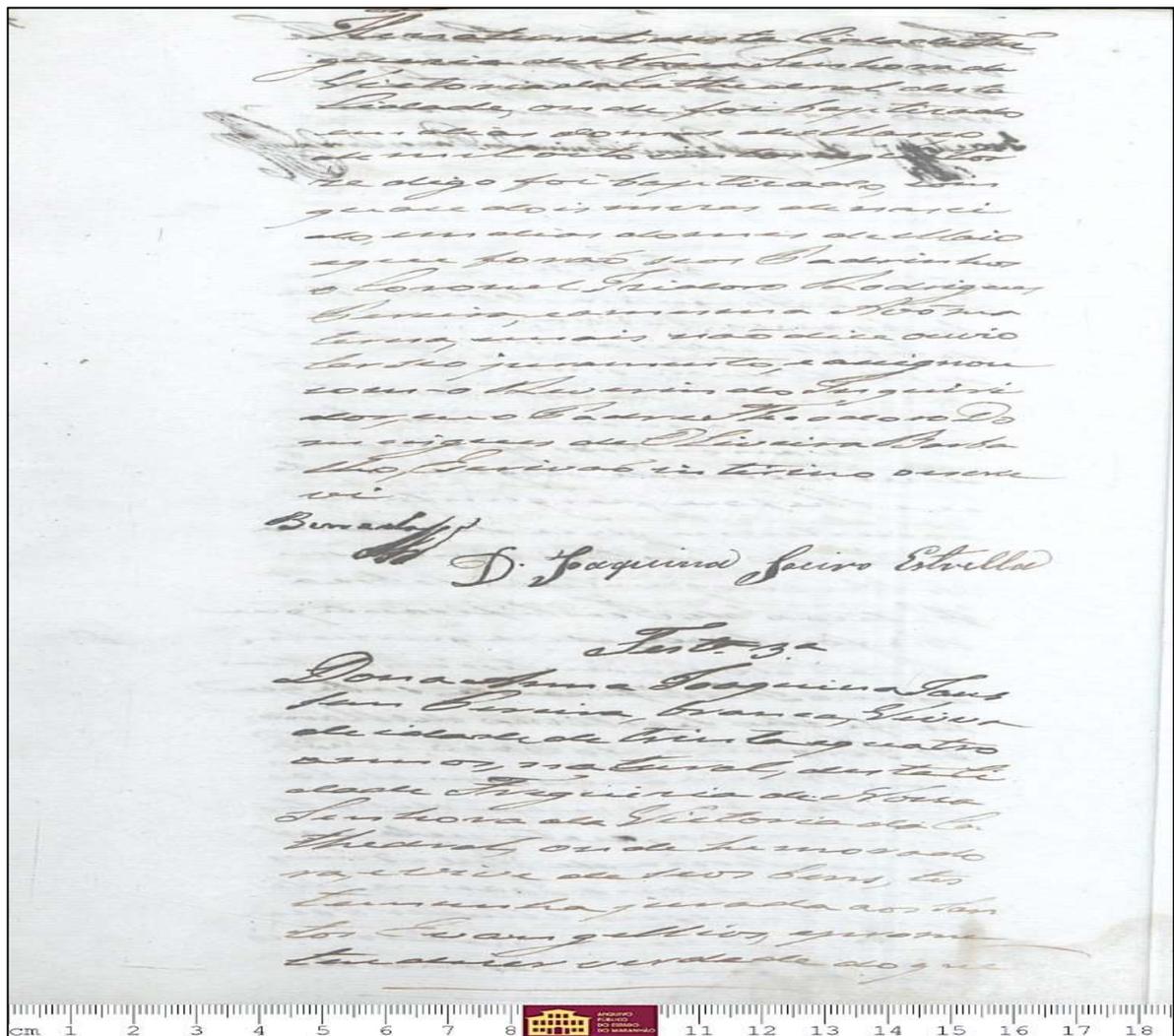
³ Data bastante questionada na literatura devido à falta de documentos específicos para sua comprovação e que tem como ponto de partida o ano do casamento de Anna Jansen com o Coronel Izidoro Rodrigues Pereira, em 1822, encerrado em 1825, ano em que ficou viúva. Segundo Rezende (2012) *apud* Sampaio (2015), acerca do ano de nascimento de Ana Jansen, toda discussão consiste na análise documental de justificação de batismo, datado de 1832 e que confirma que ela tinha 34 anos nesta época. Realizando os cálculos, concluiu-se que teria nascido no ano de 1798 e não 1787. E outro fato é correspondente a data de casamento dos seus pais que data de 1792, comprovando que Anna Jansen jamais nascera antes da união de seus pais, até mesmo devido os preconceitos e comportamentos morais da época.

⁴ Rico senhor português “e um dos homens mais ricos do Maranhão”, “negociante da praça do Maranhão”, militar e ocupante de cargos públicos, nasceu em Maiorga, distrito de Alcobaça, Portugal em 1758/59 (GALVES, 2011, p. 2; 3).

⁵ Vulgo “maneta” devido ter nascido sem um braço, era Dr. em Direito e provector jornalista fora membro da Assembleia Provincial e do Parlamento do Império. Ele foi o primeiro (ABRANCHES, 2012).

[...] a matriarca nasceu no ano de 1798 e não em 1787 como apontam muitos historiados, tal afirmação se dá principalmente por Anna Jansen afirmar em um processo de justificação de batismo, datado de 1832, ter 34 anos. Outro fato a considerar é a data de casamento dos seus pais, 27 de julho de 1792, sendo muito improvável para a época que Anna Jansen tenha nascido antes do casamento de seus pais.

Figura 4 - Justificação de Batismo do José Jansen Paço



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão- Justificação de batismo do ano de 1832

Nessa primeira imagem consta a justificação de batismo de José Jansen do Paço, sobrinho de Ana Jansen, em que foi madrinha, e nesse documento cada pessoa que foi testemunha tem uma pequena biografia. Na transcrição diz: Dona⁶ Anna Joaquina Jansen

⁶ Nesse trecho segue a transcrição do documento de justificação de batismo do José Jansen do Paço no ano de 1832 na cidade de São Luís do Maranhão na grafia atual da gramática portuguesa- Arquivo Público do Estado do Maranhão 1830-1834

Pereira, branca, viúva de idade de trinta e quatro anos, natural desta cidade Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria da Cathedral, onde é moradora e vive de seus bens, testemunha jurada aos Santos Evangelios e prometeres verdade do que souber e lhe fosse perguntado.

A historiografia sobre Ana Jansen se baseia na informação do Jornal Publicador Maranhense, do dia 12 de abril do ano 1869, em que retrata o seu óbito, alegando que a mesma morreu com 82 anos. Todavia, a justificação de batismo nos mostra que no ano de 1832 Ana Jansen tinha 34 anos e, assim, contraria a publicação do jornal Publicador Maranhense. Segundo Rezende (2012, p. 03):

O verdadeiro ano de nascimento de Ana Jansen pode ser deduzido a partir de um documento encontrado no acervo da Arquidiocese de São Luís, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Ana Jansen nasceu, segundo seu próprio testemunho, em 1798, isto porque em um processo de justificação de batismo datado de 1832 de um sobrinho da matrona, o senhor José Jansen do Paço, Ana Joaquina Jansen Pereira é arrolada como testemunha e, em seu depoimento, ela diz ter a idade de 34 anos. Basta-nos, pois, um simples cálculo e teremos como resultado o ano de 1798 (1832-34-1798).

Rezende (2012) nos mostra que de fato há uma incoerência na data de nascimento e que precisa de novos estudos. Já que estamos falando do José Jansen do Paço, o mesmo foi uma pessoa atuante da Província do Maranhão e muito querido de Dona Ana Jansen. Segundo Moraes (1999, p. 31), “Mas, de todo o matriarcado, aquele que melhor lhe aprendeu os ensinamentos e imitou-lhe as virtudes foi José Jansen do Paço, sobrinho legítimo da formosa Rainha do Maranhão e alvo do seu extremo afeto”.

Um outro fator a ser considerado é a habilitação de casamentos⁷ de Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller, que se casaram na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória no dia 27 de julho de 1792. Partindo da hipótese de que Ana Jansen nasceu em 1787 e os seus pais se casaram em 1792, é estranho pensar que os mesmos conceberam sua filha antes do casamento, dada a moralização da época em que seria inaceitável essa ação. Como já foi falado anteriormente, é uma hipótese a se pensar e que merece mais estudo, todavia não será aprofundado nesse trabalho.

Novaes (2012, p. 63-64) explica que Dona Ana Jansen nascera em 1787, mas concorda que há contradição em torno dessa informação devido nunca ter sido achada a certidão de batismo que viesse a comprovar a data certa do nascimento. Quanto aos casamentos, o primeiro foi com o Tenente Coronel Isidoro Rodrigues Pereira. Segundo Fadigas (2021, p. 13):

⁷ No acervo da Arquidiocese do Estado do Maranhão livro 88 consta a habilitação de casamento do Vicente Gomes Albuquerque e Rosa Maria e aqui será apresentado na parte de anexo desse trabalho.

A vida aventureira do Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, negociante, grande proprietário de fazendas e pessoa influente na vida de São Luís do Maranhão, está intimamente ligada à história da colonização do Brasil, e nomeadamente dos territórios do Nordeste e da bacia do Amazonas, de meados do século XVIII até à independência do Brasil. Proprietário de terras, negociante, coronel de cavalaria do regimento de Caxias, vereador e presidente da Câmara de São Luís do Maranhão no período conturbado em que decorreu a adesão do Maranhão ao Brasil independente, a sua vida não passou ao lado das paixões amorosas que dão sentido à vida.

Isidoro Rodrigues⁸ Pereira nasceu na Maiorga Alcobaça Portugal, a 07 de maio de 1758, e faleceu 17 agosto de 1825 em São Luís do Maranhão. Foi casado com Vicência Teodora Rosa, matrimônio que durou até o seu falecimento em 1822, e dele não teve filhos. Mesmo ainda estando casado com Vicência tinha um relacionamento extraconjugal com Ana Jansen, e o fruto desse amor resultou em cinco filhos antes do seu matrimônio. O seu casamento com Ana Jansen se deu em 1822, e logo após o matrimônio tiveram a sua caçula Ana Augusta em 1824, ao todo o casal teve seis filhos.

Os frutos desse amor, a priori proibido pela normatização da época, foram: Isidoro Jansen Pereira, Joaquim Jansen Pereira, Bruno Jansen Pereira, Anastacio Jansen Pereira e D. Angelica Jansen Pereira. Nesse período, a mulher que fugia da normatização imposta pela sociedade era rotulada como prostituta. Atitudes como andar desacompanhada nas ruas, solicitar divórcio, perder a honra antes do casamento, adultério e conceber filhos antes do matrimônio eram características atribuídas às mulheres sem honra.

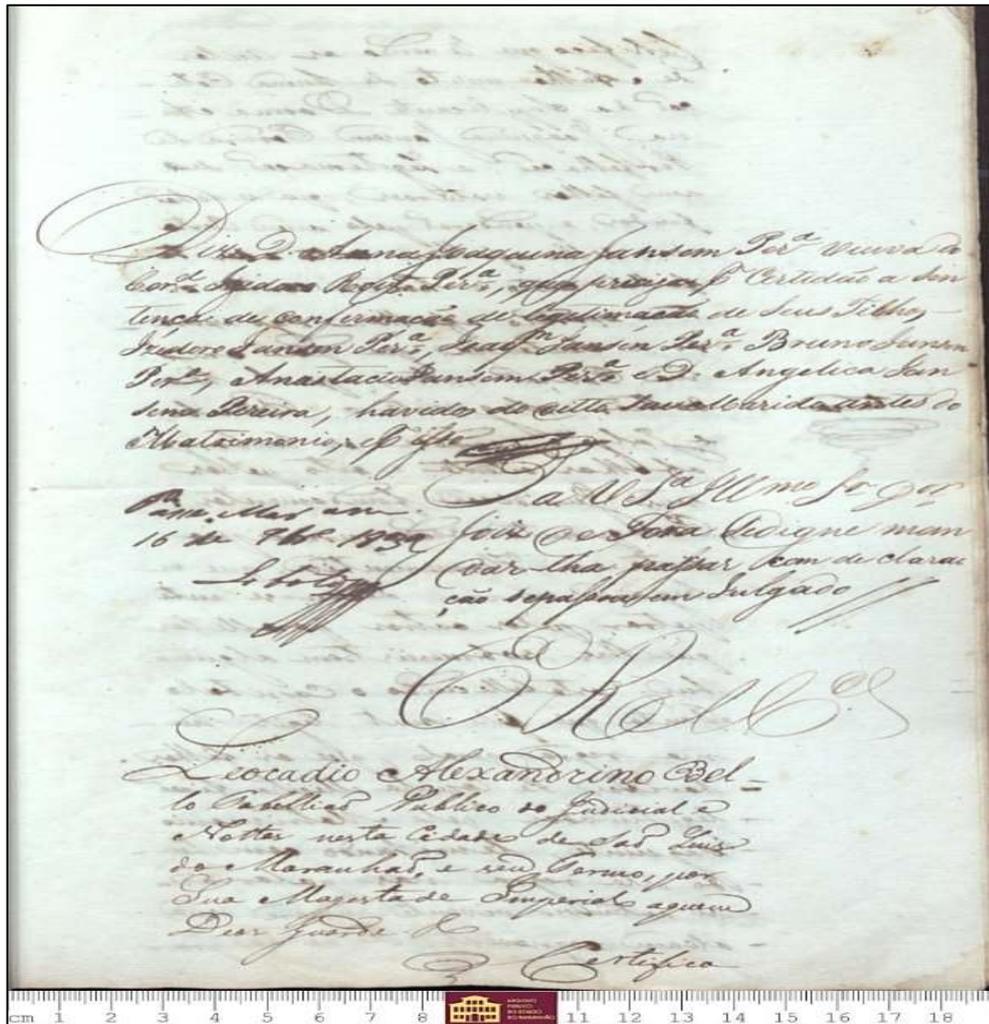
A prostituição, segundo Mary Del Priori (2000) teria um papel fundamental na construção e valorização ao sexo masculino. As prostitutas eram consideradas como um modelo venal de mulher e são inseridas no discurso de polarização e hierarquização entre a vida conjugal e a extraconjugal. Essas atitudes, apesar de consideradas pecaminosas, reprovadas pela moral social, eram praticadas pelos homens, que detinham certa liberdade de desenvolver essas relações extraconjugais, visão distinta em relação às mulheres, pois o corpo feminino era tido como objeto sexual.

Ana Jansen, sabendo que sua conduta ao ter concebido seus filhos antes do matrimônio poderia estar associada a imagem de prostituta, e provavelmente essas atitudes já seriam assunto entre a alta sociedade ou até mesmo a camada mais pobre por se tratar de um relacionamento com uma figura altamente atuante da Província do Maranhão, buscou legitimar todos os seus filhos concebidos antes do seu matrimônio com Isidoro Rodrigues Pereira. No

⁸ O óbito e testamento do Isidoro Rodrigues Pereira constará na parte de anexo desse trabalho.

Arquivo Público do Estado do Maranhão, na parte avulsa dos documentos da Arquidiocese, foi encontrado o documento que consta a legitimação⁹ dos filhos da Anna Joaquina Jansen Pereira Leite com o seu primeiro cônjuge.

Figura 5 - Requerimento e Petição de legitimação dos filhos da Anna Jansen com o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira antes do seu matrimônio



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão

Diz D. Anna Joaquina Jansen Per^a viúva do Cor^{el} Isidoro Rodrigues Per^a, que precisa P Certidão a sentença de confirmação de legitimação de seus filhos, Isidoro Jansen Per^a, Joaq^m Jansen Per^a, Bruno Jansen Per^a, Anastacio Jansen Per^a e D. Angelica Jansen Pereira, havidos sidos do dito seu Marido antes do Matrimonio; (Arquivo Público do Estado do Marnhão/ Documentos diversos 1803-1841)

⁹ Requerimento e petição de legitimação dos filhos da Ana Jansen, na qual foi transcrito na integra do documento. Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Acervo da Arquidiocese documentos diversos 1803-1841

Depois do seu segundo casamento, teve Ana Jansen um relacionamento amoroso como Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo, nascendo daí quatro filhos: Francisco Higino Jansen Vieira de Melo, Joaquina Honorata Jansen de Melo Rocha, Maria Ludgera Jansen de Melo e Luís Venâncio Vasconcelos Vieira de Melo (NOVAES, 2012, p. 65). E em seu testamento deixa isso declarado e revelado:

DECLARO que no estado de viúva, tive por fragilidade minha, quatro filhos, a saber: Francisco Higino Jansen Vieira de Melo, Joaquina Honorata Jansen de Melo Rocha (já falecida), Maria Ludgera Jansen de Melo e Luís Venâncio Vasconcelos Vieira de Melo. Os quais criei em minha casa e, portanto, os reconheço (...) (SANTOS, 1978, 27)

E quanto ao seu segundo matrimônio, a matriarca dos Jansen, ao final de sua vida, casa-se com Antônio Xavier da Silva Leite, negociante na cidade do Pará, com quem não teve filhos. (SAMPAIO, 2015)

Quadro 1 - Relação de filhos de Donana Jansen

Filho Legítimos	Filhos Naturais
Coronel Isidoro Jansen Pereira	Dr. Manoel Jansen Pereira
Major Joaquim Jansen Pereira	Dr. Francisco H. Jansen Vieira de Melo
Bacharel Bruno Jansen Pereira	Joaquina H. Jansen de Melo
Capitão Anastácio Jansen Pereira	Maria Ludgera Jansen de Melo
Angela Jansen Pereira	Luís Venâncio de V. Vieira de Melo
Anna Augusta Jansen Pereira	

Fonte: Sampaio, 2015, p. 77; Sampaio, Gomes e Porte, 2017, p. 70.

Enquanto matriarca e mãe de uma família numerosa, Ana Jansen era considerada habilidosa em gerenciar suas vidas em prol do crescimento da fortuna. “Criou e educou seus filhos para que atingissem cargos dignos da estirpe da qual eram descendentes (...)”, garantindo respeito dentro de casa, como fora dela, devido seu gênio forte e habilidade de comando sobre todos aqueles que dependiam de sua fortuna e influência para se posicionar na província maranhense (SAMPAIO, 2015, p. 100).

Sua fortuna era uma das maiores da capital da Província, e até sua morte estava avaliada em 128.169.000 (cento e vinte e oito contos e cento e sessenta e nove mil réis). Fortuna que a elevou ao título de “Rainha do Maranhão”. (SANTOS, 1978; NOVAES, 2012)

D. Ana Joaquina JANSEN Pereira se considerava das mais ricas e nobres famílias do Maranhão e, o nome de “Santo Antônio” que desejava para o título de baronesa, era tirado da localidade onde tinha sua principal fazenda. Embora tenha prestado favores ao Império”, teve este título negado, e ficou bastante conhecida na história, pela maneira austera que lhe caracterizava (SANTOS, 1978, p. 68).

Na dimensão econômica, a visão de uma mulher à frente dos negócios da família era algo visto com incredulidade, no século XIX. E principalmente sendo referência feminina enquanto gestora de suas finanças “ao ponto de fazê-la aumentar consideravelmente”. E foi com a morte de seu primeiro cônjuge, Isidoro Rodrigues Pereira, que Ana Jansen começou a gerenciar com “pulso forte” sua fortuna, alcançando lugar de destaque na economia e até mesmo na política maranhense (SAMPAIO; GOMES; PORTE, 2017, p. 70).

Santos (1978, p. 86), sobre o convívio social de Donana Jansen, revela que ela tinha como amiga íntima Dona Guilhermina Amália de Freitas dos Santos Jacinto, casada com o Dr. Antônio dos Santos Jacinto, renomado médico da época, ela declarava que tudo que era falado de Donana Jansen não passava de boatos e estórias criadas pelos seus adversários políticos, que criaram lendas e proferiram calúnias a despeito da matrona maranhense. Isso tudo porque soube fazer fortuna com a herança de seu primeiro marido Izidoro Ferreira Pereira, adquirindo os imóveis mais caros da província, como, por exemplo, “Tamancão”, “Rio das Bicas”, “Ponta de São Francisco”, “Sítio Pedreiras”, “Sítio Itamacaca”, “Casa Nobre” e “Largo do Palácio”, além de várias outras propriedades, entre casas e terrenos, adquiridas em outras localidades do Maranhão, como, por exemplo, São Luís Gonzaga, Vitória do Mearim, Coroatá, Codó.

Por meio de seu testamento é possível conhecer sua fortuna e sua relação social e política com outros poderosos da província. Diz-se Santos (1978, p. 40) que “O domínio de dona Ana JANSEN estava presente em tudo” e que “Nada se fazia sem a palavra de ordem do sobrado”. Abranches (2012, p. 82) corrobora que o sobrado à Rua Grande, residência de Ana Jansen, era palco de discussões e decisões sobre “Candidaturas de senadores, deputados e conselheiros municipais, escolhas e demissões de funcionários públicos, remoções e derrubadas de magistrados”, e seus inimigos a rejeitavam ferozmente sobre sua imponente forma de agir e influenciar os magistrados, estes que a obedeciam cegamente.

Diante disso, Ana Jansen se tornou alvo daqueles que eram a favor da conduta patriarcal e machista, que não aceitavam a forma como ela conduzia sua vida e intervinha na vida dos outros, o que, ao mesmo tempo, a tornara uma mulher “respeitada” e “criticada, fazendo inimigos igualmente poderosos”. Devido à forte influência, a matriarca maranhense era duramente criticada e sua imagem era depreciada constantemente, principalmente pelo

maior meio de comunicação da época, os jornais.

Ana Joaquina Jansen Pereira Leite, após a morte do seu primeiro marido Isidoro Rodrigues Pereira, recebeu uma grande herança e soube administrar muito bem, o que aumentou a sua fortuna e fez dela uma das mulheres mais ricas do Maranhão Imperial. Esteve presente, mesmo que nos bastidores, em conflitos políticos e na economia maranhense. Faleceu dia 11 de abril de 1869 na cidade de São Luís do Maranhão. E na sua memória deixou legado de uma grande administradora de seus bens, figura lendária, mulher controversa pela sua vida e pelo seu comportamento social, e tais adjetivos deram-lhe o título de rainha do Maranhão.

2 NO LIMIAR DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO: a matriarca dos Jansen no espaço público e privado

Marize de Helena Campos, na sua obra *Senhoras Donas* (2010), retrata a história das mulheres proprietárias. A autora explica que a historiografia de gênero dá centralidade a mulher como sujeito desses estudos.

Enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 02)

É que os estudos de gêneros não podem se centralizar nos “estudos de homens” ou “estudos das mulheres”, mas entender que o comportamento feminino e o masculino se definem um em relação ao outro. Os diferentes papéis que são impostos a homens e mulheres são resultantes das construções sociais, históricas e culturais e têm como pressuposto a discussão da divergência entre os sexos.

Para fundamentar mais essa discussão, Perrot (1995, p. 24-25) reconhece “como a primeira tarefa da História das mulheres não a ‘desconstrução’, mas o esforço para sobrepujar a ‘escassez de fatos’ relativos às suas vidas”. Por isso, o protagonismo de Ana Jansen na esfera pública e as novas imagens das mulheres no século XIX hão que ser apresentados, sendo este um cenário totalmente dominado pelo sistema patriarcal, mas que presenciou atuação de mulheres nas mais diversas áreas da sociedade, como exemplo, na política.

A historiografia ocidental buscou retratar as diferenças existentes e atribuídas aos sexos masculino e feminino. O binarismo proporciona análises e perspectivas distintas sobre os sexos, concebendo a ambas funções que são relacionadas aos seus condicionantes naturais, ou mesmo perspectivas sagradas. De acordo com Michelle Perrot (1988), essas diferenças nunca foram tão evidentes quanto o limiar do século XIX, em que o patriarcado estava no auge de seus feitos, e construiu noções de superioridade e inferioridade para tudo que fosse diferente de sua estrutura social (europeia, patriarcal, cristã).

Michelle Perrot descreve que até meados do século XVIII, as mulheres inglesas

sentavam-se ao lado de seus companheiros, e costumavam frequentar “*inns*” e “*ale houses*” (tavernas), “bebendo e cantando e tomando parte das discussões políticas” (PERROT, 1988, p. 209). Por volta de 1850, as tavernas se tornaram espaços exclusivamente masculinos, já que realizavam reuniões de assuntos políticos e as mulheres não votavam, por isso não poderiam participar, sendo gradativamente excluídas de locais públicos e sofrendo restrições quanto aos espaços frequentados.

No Maranhão, essas atuações e mudanças no âmbito público se deram de forma mais enfática a partir do final do século XIX e mais precisamente no século XX, no entanto, o patriarcalismo é presente no invisível da sociedade até na atualidade, por meio dos poderes simbólicos. (BOURDIEU, 1989)

Sobre o sistema de imposição criado pelo patriarcado que alimentou as mudanças ideológicas no século XI, Pierre Bourdieu (1989) diz:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominantes; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10).

É nesse contexto que temos a criação dos opostos, noções de superioridade e inferioridade; distanciamento do ocidente e oriente; subdesenvolvimento do continente africano e asiático; a discrepância e soberania racial caucasiana; a animalização do negroide; sistemas racistas e misóginos acentuados socialmente; a sobreposição do patriarcado enquanto o ápice da evolução humana, em detrimento do matriarcado enquanto sistema primitivo; o homem seria a representação da luz, o dia, da pureza e da verdade, já a mulher representa as sombras, a noite, a magia e a dissimulação etc. (BALTHAZAR, 2013)

São inúmeras as ideologias propagadas durante o século XIX que serviram para hierarquizar as sociedades ocidentais e colocar o homem branco, hétero e cristão no topo da superioridade humana. As escalas que relativizam classes sociais, gênero e raça formaram verdadeiras noções de parâmetro, que até os dias de hoje são infelizmente usados enquanto atributo de valor/prestígio social.

A ciência ocidental reservou às mulheres um lugar submisso e inferior aos homens, mantendo-as afastadas do poder, da política, da economia e de tudo que inspirava liberdade e

equidade masculina. Sobre o lugar da mulher no século XIX, Perrot (1988, p. 182) explica:

Inexistente no nível político, forte mais contido dentro da família, o lugar das mulheres no século XIX é externo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético. A Igreja celebra o culto da Virgem Maria, cujas aparições geram grandes peregrinações. Os saint-simonianos sonham com a salvação por obra da Mãe, vinda do Oriente. A República encarna-se numa mulher, a Marianne. Poetas e pintores cantam a mulher, na mesma proporção de sua misoginia cotidiana.

As transformações sociopolíticas e científicas do século XIX prejudicaram a posição social da mulher, sedimentando um parâmetro que traria transformações para todo o contexto ocidental inserido. No Maranhão, durante o recorte do mesmo período, as mulheres estavam sujeitas às limitações sociais impostas.

A cultura maranhense estava baseada nos moldes europeus, e não seria diferente o comportamento feminino no século XIX. A religião como era um dos principais meios de propagar as ideias da construção dos papéis sociais entre o masculino e feminino, principalmente a Igreja Católica, na qual se fazia vigente na sociedade maranhense. A Igreja Católica e a moral social do período redigiam uma imagem ideal da mulher, como a mulher passiva, de honra e submissão, levando ao caminho da perfeição. (RODRIGUES, 2010)

Essa perfeição só era permitida na conjuntura das normas do cristianismo, a qual se dava por meio casamento. A vida conjugal apresentava a imagem da mulher honrosa e apta para a realização da maternidade. (RODRIGUES, 2010). O casamento tornava-se o objetivo de vida para essas mulheres, já que desde o seu nascimento já estava sendo preparada para essa finalidade.

A família foi um ambiente propício para propagar essa ideia, principalmente por ser a primeira instituição social do ser humano. Logo, os pais vão moldando os seus filhos e criando sua identidade de acordo com a cultura da sociedade, e o patriarcalismo está vigente na conjuntura desse ambiente, sendo o papel da família continuar perpetuando essa visão. A educação feminina também foi um elemento importante para passar a importância do casamento como o único objetivo de vida dessas mulheres e prepará-las para esse momento.

Na província do Maranhão, foi necessária a criação de uma escola preparatória só para mulheres, o Colégio Nossa Senhora da Glória, que foi base para a formação de um modelo de educação feminina na província, e que atendia às mulheres da alta sociedade e as preparava para exercer suas funções sociais e concretizar um casamento. Leonel Fadigas (2021, p. 130), sobre a educação das mulheres, afirma que:

Nas famílias abastadas, as filhas recebiam uma educação básica de primeiras letras, algumas vezes completas por lições de música, de desenho e até de francês. Não porque isso abrisse caminho a qualquer atividade, mas porque permitia uma vida social que, para aquelas famílias, era frequente e intensa. A capacidade de conversar sobre vários assuntos e ser prendada nas tarefas que a sociedade lhes reservava faziam parte dos atributos femininos essenciais à função de representação social das mulheres. A educação feminina era dirigida para o casamento, que se preocupava que representasse um sempre ‘um bom casamento’, isto é, que acontecesse com quem dispusesse de meios de rendimento suficientes para a manutenção, ou o acrescento, do estatuto social de onde a noiva provinha e que lhe permitisse uma vida sem preocupações de subsistência.

Havia também a circulação de ideias e incentivos relacionados ao comportamento feminino pelos veículos de mídia da época (jornais). Eram muito comuns e construíam os valores morais estereotipados sobre as mulheres durante o século XIX no Maranhão. Em 1852, um artigo foi publicado em um jornal com título: “A Mulher antes e depois de Casada”, neste continha ensinamentos sobre os comportamentos da mulher/esposa para com seu marido. Outras publicações¹⁰ traziam também o lado misógino a respeito da personalidade feminina, encaradas enquanto oportunistas, interesseiras e sedutoras.

No Jornal *O Século*¹¹, publicado no ano de 1858, tanto a mulher quanto o homem são retratados de formas completamente estereotipadas em seus respectivos padrões sociais estabelecidos na época. A mulher é concebida enquanto uma criança que ambiciona se casar, constituir uma família e envelhecer uma senhora cristã carola e benevolente. Já o homem é direcionado a construir a vida ambicionando uma carreira profissional bem-sucedida.

Essa dicotomia que diferencia de forma desequilibrada os propósitos de vida, e preparam homens e mulheres para destinos completamente diferentes, são os nortes que moldam as bases sociais do século XIX. Os homens são direcionados ao benefício da educação desde crianças a tornarem-se profissionais exímios. Às mulheres caberia a vida domiciliar reclusa, com a educação limitada aos bons modos, como uma boa e recatada mulher e esposa deveria ser. Abrantes problematiza o ideal de pureza feminino da época.

¹⁰ O jornal *O Globo*: “Sem pensar em animar uma esperança, a mulher mais honrada não resiste a tentação de parecer sedutora, e não se irrita com provocar desejos. As graças corporais, a doçura da voz e do olhar, são armas de que se servem com vantagem, e cada uma é munida para o ataque, sem que possamos de modo algum resistir-lhes (ABRANTES, 2014, p. 103, *apud* O GLOBO, 19.11.1853)

¹¹ O jornal *O Século*: “[A mulher] até aos 8 anos só trata de brinquedos; dos 8 aos 10, já gosta de cumprimentos nos bailes; dos 10 aos 13 gosta de ler e copia versos; dos 13 aos 15 lê folhetim do jornal e escreve às amigas comentando os bailes; dos 15 aos 18 tem confidentes, lê romances, discute modas...; aos 19 fixa a escolha e principia a falar em história; aos 20 fala de economia e casa-se; dos 20 aos 25 aparece em todos os bailes...; aos 26 tem um filho, que não aumenta, mas a quem adora...; aos 30 fala em questões científicas e lê o jornal...; aos 40 trata de política...; aos 50 tem um confessor...; nos 60 brinca com os netos, reza o terço no rosário e ensina remédios e comezinhas.” (ABRANTES, 2014, p. 104, *apud* O SÉCULO, 09.12.1858)

O estado de pureza exigido da mulher fazia com que lhe fosse negado o prazer do sexo, ou seja, além de considerada frágil, submissa, irracional posto que sentimental, a mulher devia ser também assexuada. O ato sexual só era aceito dentro do casamento e como meio de procriação. Desenvolveu-se uma mentalidade de que a mulher possuía uma sensibilidade menos para o sexo. (ABRANTES, 2014, p. 107)

As mulheres que eram casadas, e mesmo as solteiras, não poderiam ter relações extraconjugais, essas necessitavam ocultar, ou mesmo, reprimir os seus sentimentos, pois eram concebidas enquanto assexuadas, perspectiva essa que as concebem quase como seres angelicais, fora também as idealizações de “santa esposa” e “santa mãe”¹² (ABRANTES, 2014, p. 108). O desejo sexual na mulher era tratado como um desvio de conduta grave e estava diretamente relacionado à prostituição.

A feminista Joan Scott (1995) defende que a posição subordinada da mulher é algo que acontece antes mesmo do capitalismo e continua até mesmo no socialismo, o último projeta em seu exercício teórico a “igualdade”, resumida a uma falsa proposta de equidade na esfera econômica (entre homens). Scott alega que as relações de gênero se dão consoantes às relações e estruturas socioeconômicas e de sexo-gênero (SCOTT, 1995, p. 79), “o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 88).

No entanto, a situação de Ana Jansen se constrói, em parte, enquanto realidade diferenciada, em que uma série de detalhes sobre sua trajetória de vida moldaram a sua imagem e história, fazendo com que esta fosse “uma exceção à regra”. Ana Jansen tivera uma relação extraconjugual com quem teve o seu primeiro filho Manuel Jansen Pereira, o que fazia dela uma mãe solteira antes de conhecer o coronel Isidoro.

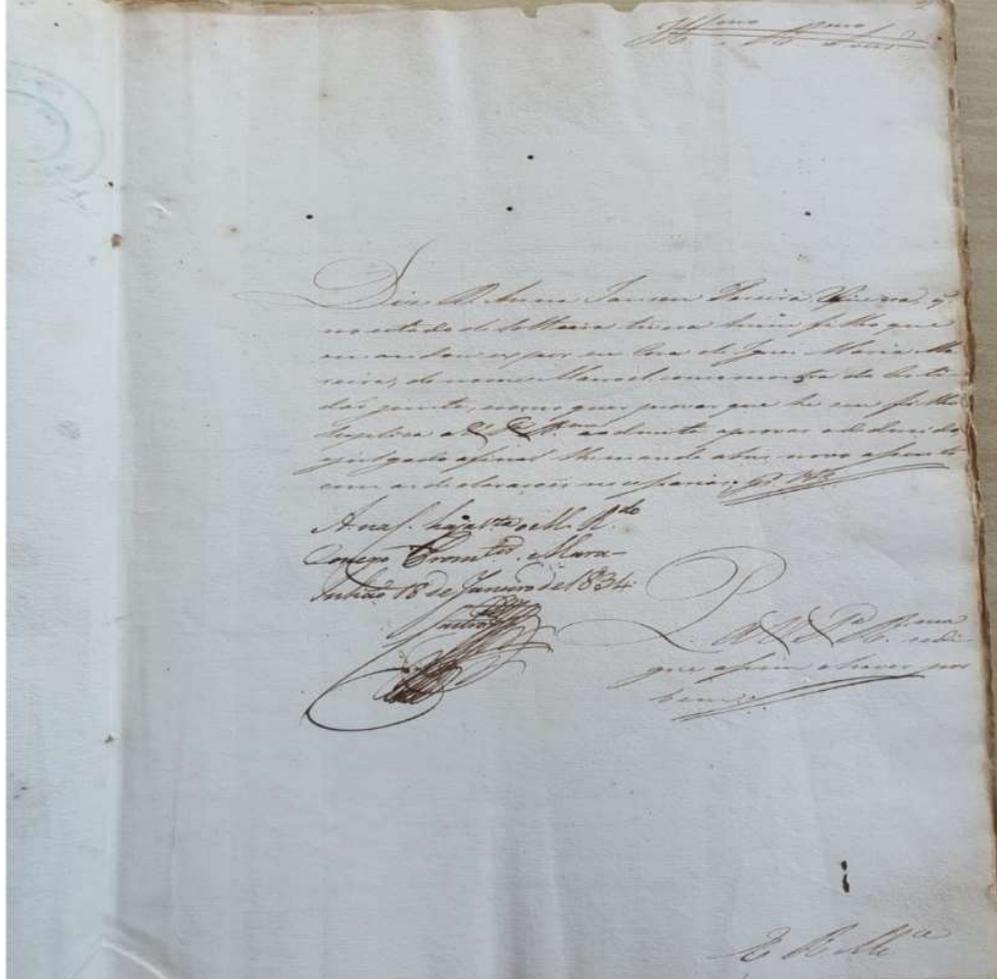
Manuel Jansen Pereira foi o primogênito de Ana Jansen, a qual nunca revelou o nome do pai. Segundo Moraes (1989, p.10), Ana Jansen declarou que: “O mesmo meu filho foi exposto na casa da viúva Inês Maria Moreira”. Por medo de ser julgada pela sociedade, e da consequência que isso poderia lhe trazer, ela preferiu esconder esse fato dado o grau de importância do matrimônio naquela época e por ser uma mulher solteira. Em todos os trabalhos feitos sobre Ana Jansen, sempre retratam esse fato, pois ele possibilita entender o comportamento feminino no século XIX e as relações de poder estabelecidos naquela sociedade.

No acervo dos documentos da Arquidiocese do Maranhão do APEM, podemos encontrar o assento de batismo em que Ana Jansen, no ano de 1834, revela seu parentesco com

¹² “A igreja justificava esse culto à mulher-mãe pelo símbolo de Maria, mãe de Jesus, que ao ser escolhida para ser mãe de Deus, reabilitou as mulheres da culpa de Eva.” (ABRANTES, 2014, p. 110)

o Manuel¹³ e solicita um requerimento para a sua legitimação.

Figura 6 - Requerimento e petição de legitimação do filho Manuel Jansen Pereira



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ acervo da Arquidiocese do Maranhão /Requerimento e Petição de D. Anna Jansen Pereira 1834.

Diz Anna Jansen Pereira Viuva q^e no estado de solteira tivera um filho que mandou expor em Casa de Ignes Maria Moreira, de nome Manoel, como mostra de Certidão junta, e como quer provar que he seu filho Suplica Av.S^a (?) ao almita aprova ode devido e julgado afinal lhe mande abrir novo assento com as declarações necessárias; (Arquivo Público do Estado do Maranhão/ autos de requerimento e petição 1833-1837.)

Além desse filho, fora do casamento, teve cinco filhos com o Isidoro Rodrigues Pereira antes do seu matrimônio. Já enquanto viúva do seu primeiro casamento, Dona Ana Jansen gestou 4 filhos, esta os consumou em um romance com seu amante, o Desembargador

¹³ Requerimento e petição de legitimação do seu filho Manuel Jansen Pereira, na qual foi transcrito na íntegra do documento. Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Acervo da Arquidiocese documentos diversos 1833-1837.

Francisco Viera de Melo. Como um fardo moral que carregava por ser uma senhora da alta sociedade e pelas morais estabelecidas na sociedade maranhense, ela os deu como expostos para outras famílias cuidarem. Sendo assim, isso não os classifica como “exceção à regra”, na realidade, Ana Jansen assim como outras mulheres da alta sociedade tinham os seus planos para fraudar o sistema moralista imposto pela sociedade.

Ana Jansen reconheceu todos os seus filhos tidos fora do casamento, “justificados como sendo fruto da tal ‘fragilidade’, explicando que foram expostos em outras casas por motivo de ‘decência’” (ABRANTES, 2014, p. 04). No total, a matriarca teve 11 filhos, sendo eles 7 homens e 4 mulheres.

Essa postura foi necessária, dado os olhares sociais para uma mulher de seu porte social, que de certa forma era pressionador, não era bem visto que uma mulher esposasse sendo mãe e solteira. Ana Jansen, em primeira instância, negou os seus próprios filhos oriundos de relacionamentos extraconjugais, para manter a imagem de uma mulher recatada, falsa imagem também de moralismo, negando socialmente também os seus prazeres sexuais.

Acreditava-se que nesse período a mulher era indiferente ao desejo sexual, este era algo relacionado apenas à natureza dos homens. A atitude de Donana é encarada pelas autoras Elizabeth Abrantes e Sandra Santos enquanto uma manobra eficaz para manter as boas aparências: Tida enquanto um “mau exemplo”, as mulheres da elite (e também das camadas baixas) se utilizavam de manobras para exercer o prazer sexual, a sua liberdade sexual era intolerável, “especialmente num contexto marcado pela emergência do amor romântico e da crescente crítica aos casamentos impostos pela família sem a aprovação dos noivos” (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 5).

Essa visão, de acordo com as autoras, é marcada por essa noção de que a mulher era, antes de tudo, um reflexo do ideal de maternidade e pureza, esse discurso oriundo de prerrogativas religiosas e científicas do século XIX idealizou e padronizou o modelo de mulher ideal, limitada aos espaços domésticos.

No século XIX, diante da maior sociabilidade das mulheres da elite e das novas demandas para o exercício dos papéis de esposa e mãe, os discursos religiosos e científicos reforçam a domesticidade das mulheres, colocando-as num pedestal como “rainhas do lar”, onde poderiam ser moralmente superiores aos homens. O casamento era o meio aceito para que as mulheres cumprissem sua missão maternal e do lar apresentando como o espaço de atuação para garantir a harmonia da família, cujo chefe era o homem. (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 05)

Com a morte do Isidoro Rodrigues Pereira, em 1825, Ana Jansen assumiu certa

centralidade na sua casa e recebeu o título de matriarca dos Jansen. Ela preparou os seus filhos para exercerem cargos importantes na província. Praticamente todos os seus filhos fizeram parte da alta sociedade, um dos mais ilustres foi o Isidoro¹⁴ Jansen Pereira, tornando-se proprietário de terras, como a fazenda de Santa Ana e na região de Coroatá foi também presidente da Câmara de São Luís e deputado pelo Maranhão a Assembleia Geral do Império, na 7ª legislatura (1848-1851), entre outras funções no âmbito público, e não podemos esquecer da sua atuação na linha de frente na repressão da revolta da Balaiada, no dia 06 de agosto de 1839 na vila de Icatu (FADIGAS, 2021).

O seu irmão mais velho, Manoel Jansen Pereira, foi professor do Liceu Maranhense, e no ano de 1849 lecionava retórica e poética, dentre outras funções foi juiz municipal e dos órfãos em Guimarães, Icatu e Rosário, Deputado na Assembleia Provincial do Maranhão e na Assembleia Geral do Império, no Rio de Janeiro, nos anos de 1842-1845. (FADIGAS, 2021)

As suas filhas também tiveram papel crucial na imagem da matriarca Ana Jansen, em especial, Ana Augusta, nascida em 14 de março de 1824, recebeu uma educação assim como suas outras irmãs, voltada para o casamento, em ter uma vida conjugal com alguém também do alto escalão da sociedade maranhense. Ana Augusta casou com o primo Manoel Jansen Ferreira, que foi promotor Público no ano de 1849 e várias vezes presidente da província do Maranhão.

Ana Jansen exerceu bem a sua imagem privada, como grande matriarca dos Jansen, ofereceu bons estudos para os filhos, inclusive uma educação no exterior, tanto para Isidoro Jansen Pereira como para Manuel Jansen Pereira, os quais foram estudar em Lisboa para concluírem os estudos e assim ter distinção entre os outros membros da sociedade, pois nem todos conseguiam estudar fora.

A educação no exterior não era para todos, somente quem fazia parte da burguesia endinheirada conseguia. No entanto, o governo provincial ajudava algumas pessoas e, em contrapartida, os mesmos deveriam atuar de graça pelo menos três anos para o governo provincial. O ensino superior, principalmente depois da revolução liberal de 1820, representou um papel fundamental na formação dos filhos da burguesia emergente que logo constituíram a camada superior da administração do Estado. (FADIGAS, 2021). Esses investimentos na educação dos filhos tiveram resultados positivos, pois todos de alguma forma constituirão figuras importantes na sociedade maranhense, tornando um ambiente propício para a atuação de Ana Jansen na esfera pública, principalmente como influenciadora na política do século XIX.

Os lugares socialmente construídos são limitadores para a atuação feminina. Como

¹⁴ O documento que mostra o resultado das eleições para presidente da Câmara de São Luís na qual o Isidoro Jansen Pereira ganha no ano de 1849 constará na parte de anexo desse trabalho.

por exemplo, a ideologia patriarcal defende que a mulher detém a excepcionalidade materna, em contraposição ao homem que possui a força física enquanto atributo natural. Por muito tempo o patriarcado se utilizou desses atributos naturais para diferenciar os papéis e lugares que homens e mulheres ocupam socialmente. As noções norteadoras desses locais preestabelecidos refletem muito bem o cenário do século XIX.

A idealização da mulher era direcionada às de classe média e alta, elas eram alvo das cobranças quanto ao comportamento para com o marido, lar e filhos. Essa noção de ideal para um grupo específico enfatiza que, por mais que fosse pensado um padrão normativo para mulheres, não eram todas que seguiam, ou mesmo se encaixavam nas expectativas. As mulheres escravas e as mulheres livres pobres estavam excluídas, em parte, desse projeto moralista.

A função de mãe era uma atividade que durante o século XIX foi idealizado e exigido socialmente para todas as mulheres, principalmente aquelas pertencentes às classes mais abastadas. Enquanto objetivo de vida, o exercício materno moldou todo o padrão de comportamento feminino nesse recorte, e por mais que essa função seja concebida enquanto uma dádiva, as mulheres ficaram reféns do sexo destinado à procriação, sendo vetadas ao prazer da cópula, inibindo assim seus sentimentos. A reprodução nesse sentido espelha um sinônimo de represália, que segundo Scott:

A fonte da libertação das mulheres reside numa “compreensão adequada do processo de reprodução”, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina deste. Para Sulamith Firestone, a reprodução também era uma “amarga armadilha” para as mulheres. No entanto, na sua análise mais materialista, a libertação viria das transformações na tecnologia da reprodução que poderiam, num futuro não demasiadamente longínquo, eliminar a necessidade dos corpos femininos como agentes da reprodução da espécie (1995, p. 77).

Refletindo sobre a condição imposta socialmente ao feminino é que Aluísio Azevedo, escritor ludovicense, tece duras críticas ao tratamento destinado às mulheres do Maranhão. O autor, banhado pelo estilo de vida e sociedade europeia, alega que as mulheres maranhenses recebiam o tratamento inadequado, criticando assim suas vidas em constante reclusão nos sobrados, permanecendo ignorantes por não terem acesso à uma educação positivista. O que colocava em xeque o seu papel de mãe na educação dos filhos, as mesmas deveriam instruí-los de forma inteligente, para poderem exercer sua cidadania.

A vida pacata que levavam, restritas às igrejas, domicílios, bailes e ao teatro, não possibilitando o livre arbítrio. Segundo os ideólogos do século XIX, a “[...] uma educação doméstica viciada pelos costumes tradicionais, recebendo pouca educação formal, essas

mulheres não estariam preparadas para formar o cidadão útil de que a sociedade precisava [...]” (ABRANTES, 2014, p. 117). Aluísio Azevedo afirma que o homem é o reflexo da educação que a mãe proporcionou, ou seja, o comportamento e intelectualidade dela moldam suas práticas e toda uma sociedade (*apud* ABRANTES, 2014). Aluísio Azevedo diz no jornal *O Pensador*, de 1880:

Para extinguir essa geração danada, para purgar a humanidade dessa sífilis terrível, só há um remédio: é dar à mulher uma educação sólida e moderna, é dar uma bela educação positivista, que se baseiam nas ciências naturais e tem por alvo a felicidade comum dos povos (*apud* ABRANTES, 2014, p. 117).

Azevedo acreditava que a educação, como parte da formação das mulheres, era a resposta para a formação, conseqüentemente, de homens cidadãos, capazes de refletir sobre as estruturas sociais arcaicas e mudá-las. Mediante o histórico de mulheres que integravam a sociedade maranhense, o autor menosprezava a educação que as mães davam aos seus filhos e o caráter submisso/passivo que as mesmas tinham, e descreveu sua perspectiva:

A mulher maranhense é finalmente a antítese da mulher inglesa...Em consequência dessa falta de confiança em si, a mulher maranhense quando tem um filho não procura por em prática o meio de fazer dele um homem de bem, não procura prepara-lo para vir a ser um cidadão útil, não! Entrega-o à ignorância dos professores e à convivência dos escravos e diz: ‘Ora, será o que Deus quiser! Será o que o destino mandar’ (*O PENSADOR*, 1881, *apud* ABRANTES, 2014, p. 116).

De acordo com Abrantes (2014), o escritor Azevedo identificava que a igreja tinha uma parcela significativamente impactante no comportamento das mulheres. Os artigos de Azevedo nos jornais justamente para conscientizar as mulheres a se afastarem das influências dos padres e buscarem conhecimento na filosofia positivista. As mulheres maranhenses do século XIX, segundo Azevedo, costumavam ser fanáticas, rezavam nos conventos por horas e deixavam de lado seus afazeres domésticos.

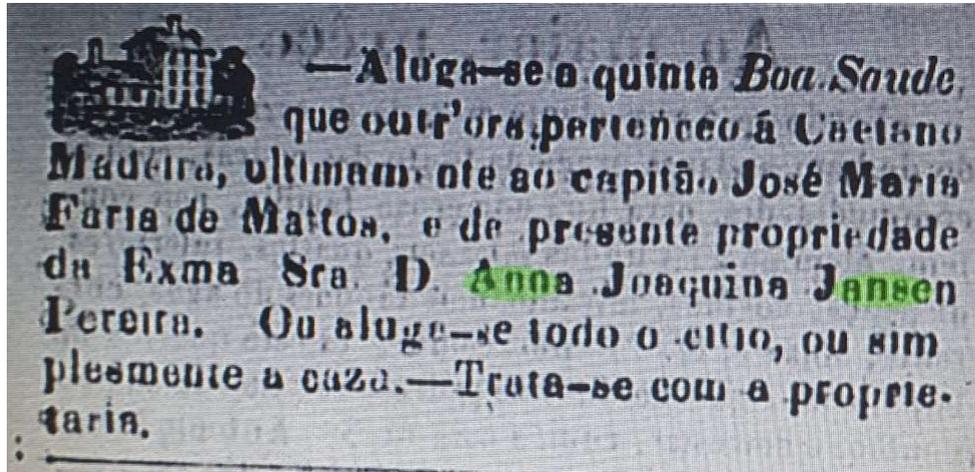
É impensável imaginar Anna Joaquina Jansen Pereira Leite, que era uma mulher branca e da alta sociedade do século XIX, como uma figura ociosa. D. Ana Jansen é o exemplo de uma mulher branca que foi atuante na dinâmica econômica da Província do Maranhão, que soube utilizar a herança do seu

marido para girar o seu capital e mais riquezas.

Ana Jansen, além da comercialização da água, da indústria de arroz e das dezenas de atividades que geravam lucros, era proprietária de várias casas na cidade. Nos jornais sempre tinham anúncios de alguma casa de Ana Jansen que estava para alugar, como mostra no jornal

Publicador Maranhense do ano de 1858:

Figura 7 - Anúncio de aluguel de casas da Ana Jansen



Fonte: Hemeroteca Nacional/ Jornal Publicador Maranhense 1858

Outra demonstração de riqueza naquela época era ser detentora de escravos negros, um “produto”, considerado naquele período símbolo de riqueza e que, por sua vez, muito caro, somente quem tinha condições financeiras poderia ter. Ana Jansen tinha muitos escravos, como mostra a sua lista que está inserida no seu inventário, localizado no museu do Tribunal da Justiça. (Ver anexo)

Contudo, em pleno século XIX, aquela que deveria ser educada para apenas comandar uma casa, ser religiosa e obediente aos maridos, passa a influenciar e ser eleita a “Rainha do Maranhão”, pela sua significativa participação na política, na economia, na cultura e no cotidiano da sociedade (NOVAES, 2012). Sendo assim, desconstruindo essa imagem generalizada que toda mulher branca é ociosa e só serve para afins da maternidade ou para trabalhos domésticos.

Da sua imagem pública, Anna Joaquina Jansen Pereira sempre se preocupou em passar uma efígie de poder e respeito pela sociedade, mesmo as vezes não obtendo êxito, principalmente vindo dos ataques dos seus adversários. No Jornal Publicador Maranhense, publicado no dia 08 de janeiro de 1869, percebe-se uma atuação em prol da sociedade com a construção de uma rampa que tanto a população necessitava, essa ajuda se deu pelo financiamento de pedra para sua construção.

Uma excelente rampa ao fim do becco dito Prego, para desembarque, com a denominação de Rampa Municipal, cujo distico se acha gravado em uma pedra de marmore colocada no canto da casa junto é mesma rampa, tendo esta

14^m 90 de comprimento por 5^m 56 do largo, guaneada de pedras de cantarias parte das quaes foi dada pela EXM Sra.D Anna Joaquina Jansen Pereira e Manoel José Teixeira da Silva (Publicador Maranhense, 1869, p. 5).

Isto nos mostra que essa ação se dava também por interesses próprios no intuito de mostrar o seu poderio econômico, assim como um reconhecimento da sociedade maranhense. O comportamento e a forma de se posicionar gerou importantes inimigos, como o comendador Antônio José Meireles, Francisco Sotero dos Reis, entre outros, e que eram expostos por meio dos jornais da época, contrários à Donana Jansen e à sua postura social e política. (SANTOS, 1978)

Os Cabanos, também conhecidos por partido “Corcunda”, “Luso”, “Gavião” ou “Recolonizados”, estavam organizados sob o comando do Comendador Antônio José Meireles, este era um de origem portuguesa, era dono de ricas terras/posses, e tinha a imprensa ao seu lado, aliado com Sotero dos Reis que publicou diversos periódicos difamatórios dos seus opositores políticos no seu jornal A Revista.

Donana e José Meireles eram fortes inimigos partidários, já que representavam os financiadores maiores de ambos os partidos. A matriarca se tornou uma peça chave para contrapor os objetivos do partido Corcunda, pois possibilitou e mobilizou a imprensa a seu favor. No comando do jornal O Guajajara, difamava e importunava os seus inimigos publicamente. Abranches (2012) descreve sobre o conflito de ambos os inimigos partidários:

Narrando ao marido as impressões dessa festa, D. Martinha fazia psicologia da arquipoderosa fazendeira que na frase cáustica do comendador Meireles, braço forte dos cabanos, “estava transformando São Luís em uma vasta senzala”. O chefe lusitano não tragava essa senhora maranhense que surgira em sua frente, tornando-se inesperada a grande protetora do partido brasileiro ou bem-te-vi, gastando rios de dinheiro com os que ela chamava “peralvilhos e desordeiros, inimigos figadais do trono e da gente portuguesa” e organizando um salão rival do seu, para reuniões “dessa cáfila de mutinos e pés-raspados.” (ABRANCHES, 2012, p. 84).

Em oposição ao monopólio de Meireles sobre a imprensa, os liberais que formavam o partido “Bem-te-vi”, propagaram as ideais ufanistas que ganharam popularidade e fizeram oposição ao partido conservador. Foi Estêvão Rafael de Carvalho, o principal representante desse partido e redator do jornal de mesmo nome.

Após a adesão à independência pela província do Maranhão, o sentimento de repulsa aos não brasileiros natos e inimigos da independência se tornou muito forte. Em consequência deste, em setembro de 1831 eclodiu o motim da Setembrada, comandada por José Cândido Mendes, e exigia a expulsão da província dos lusos dos cargos políticos e oficiais,

plantando as bases para os movimentos liberais posteriores.

Durante os conflitos políticos na província, em 1838, a revolta da Balaiada eclode no espaço oriental do estado, em meio à disputa entre Cabanos e Bem-te-vis, o movimento se posiciona enquanto liberal exaltado. Por mais que o espírito de nacionalidade e a incessante busca por melhorias e direitos garantidos, a revolta da Balaiada foi um movimento de camada popular, onde pobres livres, quilombolas, indígenas e ex-escravizados tomaram a frente e declararam guerra às elites provincianas.

Por mais proveitoso que fosse para o partido nacional se promover do conflito e garantir o encabeçamento da revolta, os interesses particulares do movimento de base popular e os interesses da elite eram completamente diferentes. Tanto que, Ana Jansen, de acordo com Abrantes e Sousa (2011), sendo a liderança do partido Bem-te-vi, contribuiu financeiramente para dar fim a revolta, tendo à frente da Guarda Nacional seu filho Isidoro enquanto tenente-coronel, mandado para restabelecer a ordem na Vila de Icatu no ano de 1840. (ABRANTES, SANTOS, 2011)

Mediante feitos sociais e políticos, sua hegemonia e influência, construindo um verdadeiro legado, educando e encaminhado seus filhos que se tronaram reflexo de seus investimentos em torná-los verdadeiros fidalgos, Ana Jansen tentou conseguir para si o título Baronesa de Santo Antônio, tal nobiliarquia trariam por fim o reconhecimento social para sua família, enquanto nobreza brasileira. Seu pedido foi encaminhado para D. Pedro II, dando entrada ao requerimento no ano de 1843.

[...] A supplicante e seus antepassados sempre se tratarão a lei da nobreza tendo creados, seges e cavallos e nunca exercerão officio mecanico, nem praticarão factio algum que deslustrasse o esplendor da nobreza de seus progenitores. Alem disso Senhor a supplicante é proprietária de uma das cazas mais ricas e abastadas da Província do Maranhão como consta... (trecho danificado) e em diferentes epocas tem prestado parte de seus bens a beneficio da Causa Publica, e ultimamente fez o donativo de mil arrobas de arroz pilado, e ensacado, por anno, em quanto durar a luta com os rebeldes do Rio Grande de S. Pedro do Sul, como prova pelo documento nº 6, tendo verificado pronctualmente o referido donativo, documento nº 7. Em taes circunstancias, e em remuneração dos serviços ja indicados a supplicante requer a V. M. Imperial haja por bem conferir-lhe o titulo de Baroneza de S. Antonio por ser essa a denominação de um lugar da dita Província que a supplicante... (trecho danificado) quatorze leguas da terra com mais de oito centos escravos empregados na cultura de algodão e arroz. O respeito e consideração de que a supplicante goza em toda a Província do Maranhão a fazem merecedora da graça pedida, que alem disso será um incentivo a mesma supplicante para novos donativos, e servirá de muito estímulo à outras pessoas (SAMPAIO, GOMES, PORTE, 2017, p. 77, *apud* PEREIRA, 1841-1842).

No entanto, Donana Jansen não teve seu pedido atendido pelo imperador, não se sabe ao certo o motivo pelo qual seu requerimento tenha sido respondido, as autoras alegam

não ter tido contato com o documento imperial. Contudo, sua história de vida, as difamações e boatos a seu respeito podem ter contribuído negativamente para a aprovação do título, “além do temor em conceder um título de nobreza a uma mulher pelos seus métodos pessoais e não por intermédio de seu marido [...]” (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 18).

De acordo com Abrantes e Santos, Viveiros (1999), considerava Ana Jansen uma mulher fora do “normal”, logo afirma: “Certo, Donana Jansen não foi uma mulher normal, mas não foi também a mulher demoníaca que a tradição nos pintou”. (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 08, *apud* VIVEIROS, In. MORAIS, 1999, p. 47-48). A anormalidade destacada pelo autor se reflete ao comportamento de Ana Jansen que não se comparavam com o que era esperado de uma mulher da sua posição. Por subverter as expectativas de uma mulher normalmente se portaria, ela é dotada de uma “força máscula” ou “força viril” (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 09).

Em Suma, Dona Anna Joaquina Jansen Pereira Leite foi uma mulher que marcou a sociedade maranhense nos oitocentos. Com o seu comportamento nada convencional contrariando as condutas da religião tão vigente nesse período. Uma verdadeira matriarca que dirigiu os destinos da sua família e com suas artimanhas conseguiu influenciar a vida política e econômica da Província do Maranhão.

Recontar a História de Anna Jansen na esfera privada e pública da sociedade maranhense nos convida a compreender as abordagens de gênero que implica considerar que o “comportamento feminino e masculino se definem um em função do outro, e que os diferentes papéis que são atribuídos a homens e mulheres na sociedade, são resultantes de construções sociais, históricas e culturais, baseadas nas diferenças sexuais, ou seja, nas diferenças percebidas entre os sexos.” (ABRANTES, 2011, p. 24).

3 **ARDILOSA E SUBVERSIVA:** dona Ana Jansen e sua atuação na política

Ana Jansen na primeira metade do século XIX vivenciou um período de grandes transformações na província e sua capital, um momento assinalado por crescimento urbano, conflitos políticos, revoltas sociais, momentos gloriosos e de instabilidade na economia. A sua integração no aspecto socioeconômico colaborou para permanecer no jogo de poder ainda mais, especialmente nas lutas do período regencial, momento que favoreceu as classes dominantes, e aqui se encaixa as famílias de elite das quais os Jansen faziam parte, definindo e conquistando o espaço político e econômico da sociedade maranhense.

Antes de pontuar a atuação da Ana Jansen na política é interessante compreender o que estava acontecendo no Maranhão, o qual possibilitou a participação de Donana na política maranhense. O Estado, na primeira metade do século XIX, vivenciava não só mudanças estruturais e econômicas, mas também importantes mudanças políticas. Após a adesão da província à Independência do Brasil em 1823, a cidade de São Luís se dividiu na bipolaridade partidária entre Liberais (moderados e exaltados), com aspirações patriotas, defendiam o Brasil independente e o rompimento com a coroa portuguesa (partido Bem-te-vi); e Conservadores que queriam o retorno da união do Brasil com Portugal e da estrutura colonial (partido Cabano).

O processo de Independência do Brasil foi marcado por uma cisão de grupos que defendiam, de um lado, o estabelecimento do regime colonial com a permanência das relações diplomáticas com a coroa portuguesa, por outro lado, a ascensão dos que defendiam a independência.

Após a independência do Brasil, foi inaugurada a constituição de 1824, onde gerou a eleição de membros para anexarem-se nos Conselhos Gerais na Províncias, na Assembleia-Geral dividida em Câmara dos Senadores e Deputados (JANOTTI, 1995). Contudo, mediante as reformas eleitorais, o voto continuou censitário e capacitário, sendo a oportunidade perfeito para a criação do que futuramente seriam os sistemas dos currais eleitorais e voto de cabrestos, onde se qualificavam os eleitores sob o controle das elites locais, base para o advento do coronelismo.

De acordo com Maria de Lourdes Monaco Janotti (1995), o cenário foi ideal para que Anna Jansen pudesse criar o seu império estabelecido pelo seu matriarcado. Ela iniciou fomentando uma política de casamentos entre setores de sua família com personalidades importantes da sociedade maranhense. Por ser muito rica e saber administrar bem a sua fortuna, Donanna concedeu fartos dotes aos seus familiares para estabelecer essas uniões.

A sua estratégia, diante aos casamentos dos seus familiares, era simplesmente o

reconhecimento e respeito social pela elite portuguesa, que importunava os Jansen por duvidarem das origens da fortuna da família. A matriarca se disponibilizou a investir na educação dos seus familiares os tornando verdadeiros fidalgos. A influência de Anna Jansen era tamanha que seus familiares se obedeciam cegamente, assim como os seus subordinados ou mesmos indivíduos que buscavam o seu amparo, já que o Ato Adicional trouxe autonomia para as elites locais.

O Ato Adicional havia outorgado às Assembleias Provinciais poder legislativo e, em decorrência, conferiu-lhes maior autonomia. Nesse momento Donana junta-se aos seguidores de Feijó, torna-se bem-te-vi, conseguindo indicar nomes para os cargos públicos municipais e provinciais. (JANOTTI, 1995, p. 235).

Janotti (1995) defende que o Estado, enquanto estrutura central administrativa, não tinha condições de atender à todas as demandas que lhe competiam administrar, tendo em vista a mudança prevista pelo Ato Adicional, os potentados locais passaram a ser concebidos enquanto extensões do poder do Estado, o que muito diz respeito à influência de Anna Jansen nesse recorte assim como veremos mais adiante neste capítulo.

De acordo com Arthur Roberto Germano Santos (2016), a partir do Ato Adicional houve a divisão das competências coercitivas, legislativas e tributárias entre os governos central e local, representados respectivamente pela Coroa (e seus Ministérios) e as Províncias, assim as elites administravam as tarefas do Estado e negociavam questões pertinentes aos interesses da Assembleia Geral nas dimensões locais (SANTOS, 2016)

A formação política no Maranhão, na década de 1840, gira em torno da organização partidária. Mas vale salientar que os discursos que alimentam as cisões entre o bipartidarismo que se deu após o estabelecimento da independência do Brasil e do início do regime imperial, por mais que envolva fatores propriamente centralizados no Sudeste e Sul, repercutiu nas várias províncias e suas elites locais, tendo como representação dos interesses destes em conformidade com o império brasileiro, as assembleias provinciais.

No contexto do Brasil Imperial, dois grandes partidos se formaram: o partido nacional, também conhecido por partido Bem-te-vi, brasileiro, progressista, liberal, defendia os interesses em prol da nacionalidade e independência do recém país; o partido Cabano, também conhecido por partido Gavião, luso, corcunda, conservador, defendia a permanência das relações com a coroa portuguesa, assim como defendia o retorno do sistema colonial.

Santos (2016) defende que a Liga Maranhense seria o marco de centralidade e o ponto de partida para entender a formação partidária. A Liga foi um partido fundado em 1846, e era formada pelos dissidentes dos dois partidos apresentados (liberais e conservadores), que

deslocados dos seus ideais, estavam insatisfeitos com a política maranhense (SANTOS, 2016). Desta forma, o autor defende que a Liga seria o centro para se pensar as formações partidárias pois “os partidos políticos, nesse período, eram majoritariamente formas de organização que contemplavam interesses e objetivos pessoais.” (SANTOS, 2016, p. 75).

Aliada ao partido Liberal, Donana, durante o governo de Feijó, foi responsável por expandir os ideais do partido Bem-te-vi, e estabeleceu sua influência nos municípios e vilas do interior do estado, galgando alianças, o que Janotti (2015) compara com o “poder coronelístico”, ajudando também na perseguição e repressão dos opositores pertencentes ao partido Cabano.

A autora defende que com o acesso ao poder do “grupo do regresso”, assumiram após a renúncia do Imperador D. Pedro I, e as ameaças de um retorno ao regime colonial, dando início ao período regencial. Os partidários de Feijó foram depostos de seus cargos (37 membros), estabelecendo-se assim um novo governo, que estava interessado em frear o movimento revolucionário (de aspirações liberais), adotando assim medidas que centralizassem as atividades administrativas e políticas nas províncias. Novos funcionários passaram a exercer as competências administrativas, entre eles prefeitos, subprefeitos e delegados e subdelegados (JANOTTI, 1995).

A mudança política proporcionou a soberania do partido Cabano que estavam apoiados ao presidente da província Vicente Pires de Camargo, conquistaram o controle dos postos de importância política e administrativa anteriormente ocupados pelos seus opositores.

Os anos que haviam permanecido afastados do poder aumentaram seus ressentimentos em relação aos bem-te-vis; vinham sequiosos de vingança. Compunham a maioria na Assembleia Provincial, fazendo aprovar inúmeros projetos até então sistematicamente rejeitados. Formaram ao lado do presidente Vidente Pires de Camargo um governo todo poderoso, onde a maioria liberal não chegava nunca a pesar nas decisões. (JANOTTI, 1995, p. 237).

Um importante mecanismo utilizado durante a cisão bipartidária eram os panfletários e jornais. De acordo com Santos (2016), a figura de João Lisboa é um exemplo ideal para descrever as nuances partidárias e midiáticas do Maranhão. O jornalista iniciou sua carreira no Farol Maranhense em 1831, época essa que Lisboa, mesmo se identificando enquanto um Liberal exaltado, destinava críticas à ambos os partidos. Posteriormente, entre os anos de 1834 e 1836, atua no jornal Americano, ao lado de Joaquim Franco de Sá, dando apoio às causas de presidência da província.

De acordo com Jomar Moraes (1995), é nesse contexto que Ana Jansen pretendia

eleger seu filho Isidoro, enquanto deputado geral, porém por manobra de Joaquim Franco de Sá (presidente da Província), fora excluído da convenção partidária da Liga Maranhense. O presidente objetivava eleger Lisboa Serra, que foi indicação direta do Chefe do Gabinete de Ministros Alves Branco.

Donana Jansen, se sentindo traída e contrariada pelos próprios partidários, reuniu seus correligionários e decidiu separar a Liga Liberal Maranhense, fragmentando os principais representantes políticos do partido. Posteriormente, exigiu que Isidoro Jansen se apresentasse candidato independente, fazendo com que seu filho obtivesse na época a segunda maior votação (JOMAR, 1995).

Os seus inimigos, diante da situação em que a matrona exigiu os direitos de candidatura do seu filho, repetiam a sua pronúncia tatibitate: “*Cute o qui cutá, gate o que gatá, Sinhô Isidoro há de sê deputá*” (MORAES, 1995, p. 165). Mediante a situação, tão forte a influência de Ana Jansen que Lisboa Serra permaneceu na suplência e Franco de Sá perdeu o cargo de presidente da Província.

Santos (2016) defende que Lisboa também no ano de 1834 foi eleito deputado provincial, até o ano de 1837, sendo reeleito em 1838 para estabelecer mais um mandato (período que se inicia a revolta da Balaiada). Em meio à euforia do movimento, os jornalistas defendendo os seus ideais partidários travam uma verdadeira guerra entre os periódicos¹⁵ “*Crônica Maranhense*, de João Lisboa; *Investigador/A Revista*, de Sotero dos Reis; *O Bemtevi*, de Estevão Rafael Carvalho; e *O Legalista*, de Cândido Mendes” (SANTOS, 2016, p. 76-77).

Sotero dos Reis, que defendia os ideais cabanos, acusa Lisboa de liderar o movimento da Balaiada, e aliado às acusações, o jornalista é desprezado pelos aliados liberais após uma estratégia política em eleger seus deputados gerais, o partido ficar a favor de Manoel Jansen Pereira (manobra de Anna Jansen). Consoante as perspectivas teóricas de Santos (2016), a partir desse momento Lisboa abandona tanto da carreira política quanto a de jornalista. O autor alega que os motivos não ficaram claros sobre o real motivo da desistência. Sotero dos Reis é outra personalidade existente na imprensa que também é exemplo das nuances partidárias existentes no recorte.

E mesmo que não estivesse interessado em tão ambicioso projeto intelectual quando historiava os partidos maranhenses, Sotero dos Reis queria, no

¹⁵ A imprensa liberal maranhense, após a *Guerra*, ficou dividida. Estevão Rafael Carvalho foi o redator de *O Bemtevi* durante a Balaiada, em 1838, com notória atuação. Neste periódico também apareceram artigos de João Francisco Lisboa. Em 1842, João Lisboa assume a pena de *O Publicador Maranhense*. Em 1847, com a formação da *Liga*, reaparece o *Bemtevi*, com duras críticas a João Lisboa. No mesmo ano, nasce o *Bemtevi Maranhense*, jornal também liberal, reivindicando o brasão e a real filiação ao partido, e *O Progresso*, jornal liberal que apoiava a administração de Franco de Sá. Por último, *O Estandarte*, fundado em 1847, jornal *Bemtevi* crítico da *Liga Liberal Maranhense*. (SANTOS, 2016, p. 80)

mínimo, demarcar, criticamente, um espaço de legitimidade fundado em sua própria experiência política. Não é sem razão lembrar que foi ele mesmo ativo defensor partícipe do partido ordeiro desde 1836; e, em 1847, ele mesmo não só mudou de partido, mas passa defendê-lo juntamente a um inimigo de outrora: João Francisco Lisboa. (SANTOS, 2016, p. 78)

Sobre a perspectiva política de Sotero dos Reis, Santos afirma:

Essa percepção mais elementar nos leva a uma segunda questão presente de Reis: o fato dele considerar que alianças entre antigos defensores deste ou daquele partido desqualifica quaisquer reivindicações de filiação partidária (e, no caso de Cândido Mendes, ideológica). Em outras palavras, está implícita a ideia de que deputados e/ou políticos, ao realizarem alianças a despeito de convicções ideológicas, estariam impedidos de reivindicar uma identidade partidária, ainda mais por que o “erro do Sr. Cândido Mendes está em persuadir-se, ou mostrar-se persuadido, de que os partidos são, ou devem ser, estacionários, erro grosseiro, origem de muitos ouros.” (MARANHÃO, 1847, p. 04 apud SANTOS, 2016, p. 78).

As famílias dos Jansen também estavam inseridas nas lutas dos periódicos. Em 1840 foi inaugurado o jornal *O Guajajara*, este difundia os ideais do partido liberal e foi responsável por difamar (de forma pejorativa) os seus opositores sempre que oportuno. “Aos inimigos da família Jansen não poupava nada, entrava-lhes pela vida privada e, adulterando, às vezes, trazia tudo para a rua – verdades e mentiras” (VIVEIROS, 1965, p. 34). Sobre o tratamento do jornal *O Guajajara* aos seus opositores, Jerônimo de Viveiros contempla:

Na maioria estavam estes inimigos no Partido Cabano, que *O Guajajara* apelidou de Gavião, assim como deu epítetos ofensivos às suas principais figuras: Manuel Gomes da Silva Belfort – Gavião-Mor; Cândido Mendes de Almeida – Doutor Cara Pelada ou Cão Mendes; Francisco Sotero dos Reis – Mucura; Manuel Pinto Botelho de Magalhães – Boa Peça; Torquato Coelho – Trocato Tucum; Antônio José Meireles – Pirata, etc. (VIVEIROS, 1965, p. 34).

De acordo com Jerônimo de Viveiros (1965), Cândido Mendes de Almeida foi com certeza o mais odiado dos inimigos jansenistas. O *Guajajara* publicou em 24 de outubro de 1840¹⁶ uma biografia em que narrava de forma pejorativa a trajetória de vida de Almeida, assim como também lhe profanaram publicamente no Teatro São Luís próximo ao presidente Venâncio José Lisboa (VIVEIROS, 1965).

¹⁶ [...] *De tempos em tempos lá desapareceriam alguns livros do Colégio, o diretor queixa-se amiudamente de lhe faltarem alguns vinténs que deixava sobre as mesas [...] O órgão da rapina já sofrivelmente lhe avultava e denunciava ser ele digno fruto daquele que tão licitamente quis negociar a herança do vigário de Pastos Bons. Receoso o rapaz de vir-se a descobrir o verdadeiro autor destas gentilezas, busca agradar o diretor oferecendo-lhe a prova da prenda, com que granjeara tantos afeiçoados. Malgrado nesta empresa, o único meio que julgou restar-lhe para salvar-se da ignomínia foi intrigar o diretor com o pai. Com esta trama conseguiu do pai o tirá-lo do colégio e manda-lo para uma cidade linda. Foi ali o teatro de sua maior glória e de seus feitos mais celebrados.* (O GUAJAJARA, 24/10/1840 apud VIVEIROS, 1965, p. 39)

Outro episódio que narra o autor Viveiros, ocorreu quando Cândido Mendes estava desembarcando no Rio de Janeiro, para exercer o mandato de deputado da Assembleia Geral Legislativa, e foi tratado enquanto um meliante exposto a empurrões e bofetadas do navio à mando de Anna Jansen. “O próprio Cândido Mendes narrou n’ *O Observador* a audácia do grupo jansenista, arrancando-o do navio à hora da partida e diante da passividade criminosa do comandante” (VIVEIROS, 1965, p. 40)

Entre os opositores mais formidáveis dos bem-te-vis estava Francisco Sotero dos Reis, que fazia parte do partido até quando em 1843 uma parte dos liberais se voltou contra o monopólio dos Jansen. A cisão fez com que a parte que se manifestou integrasse o partido Cabano, na qual Sotero dos Reis fazia parte, servindo enquanto instrumento midiático para propagar os ideais dos cabanos na imprensa.

O conflito entre o jornalista e Anna Jansen foi travado após uma série de indiretas expostas nos respectivos jornais. A família Jansen detinha *O Guajajara*, e Sotero dos Reis escrevia na *A Revista* (jornal criado para se opor aos liberais), fazendo claras exposições à oligarquia que os Jansen estabeleceram na província e seus abusos na política.

O novo jornal propõe-se a fazer oposição à oligarquia de família que pesa sobre a nossa infeliz Província, monopolizando os principais cargos de eleição popular, os postos superiores da Guarda Nacional, e abusando de todos os meios de poder ao seu alcance, para arrogar-se o domínio exclusivo sobre seus concidadãos – Oposição ao solipismo intolerante dos indivíduos que arvorando-se em chefe improvisado de um partido político tem mudado a sua essência e natureza, fazendo servir a preponderância desse partido a seus fins particulares de engrandecimento pessoal [...] (A REVISTA, 1843 apud VIVEIROS, 1999, p. 36).

Donana Jansen, mediante tal exposição pública, reagiu aos insultos apresentando à Assembleia Provincial, por meio de Estevão Rafael de Carvalho, uma proposta de reforma no Liceu, com o intuito de ir contra os interesses de Sotero dos Reis (VIVEIROS, 1965). O jornalista, em virtude da reforma aprovada pela Assembleia, publica na *A Revista* “A Oligarquia no seu Martinho”, onde desabafa sobre o sentimento de vingança dos Jansen frente à exposição dos abusos políticos.

De acordo com Viveiros, não se dando por satisfeita, Anna Jansen jurou fechar *A Revista*. Por intermédio de Nunes Cascais, que era dono do lugar em que era impresso o jornal, a matriarca tentou comprar o espaço. Porém, Cascais era amigo de Sotero e negou todas as propostas feitas pela Senhora. Esta tentou também comprar o sobrado em que se encontravam as oficinas da gazeta, porém, não conseguiu êxito, por fim, Anna Jansen elaborou uma estratégia arriscada, mas que funcionou.

Teve então uma ideia a bisneta de Cornélio – ofereceu ao locador do sobrado, de graça, um sítio que tinha no Cutim, para passar o verão, e em troca ela ficaria com o sobrado, cujos alugueis pagaria. O homem aceitou o negócio. Donana ocupou os altos do sobrado. Um domingo, os aposentos que ficavam por cima das oficinas de Cascais tiveram os betumes de suas tábuas retirados e pelas aberturas dezenas de escravos jogavam água, inundando a tipografia e reduzindo a massa uma edição inteira d’*A Revista*. (VIVEIROS, 1965, p. 37).

De acordo com o autor, Cascais recorreu às autoridades e Sotero apelou para a opinião pública, fazendo com que Anna Jansen comprasse de vez o sobrado, tendo Cascais ordem de despejo e junto de 14 dos seus parentes, “Na época, era desgraça ser parente de Cascais.” (VIVEIROS, 1965, p. 38). Sotero dos Reis publicou diversos periódicos e fundou outros jornais que difundiam as ideias dos Cabanos como: *O Maranhense*, *O Constitucional*. Abranches (2012) defende que jornalistas como João Francisco Lisboa e Frederico Magno, contribuíram para a edição de jornais como *O Brasileiro*, *O Farol* e *Echo Norte*.

Outra desavença política que detinha Anna Jansen era com o presidente do Maranhão Figueira de Melo, que, consoante o que defende Viveiros (1999), tudo começou com Isidoro Jansen, que de forma insolente teria reclamado a respeito de certidões eleitorais dentro do gabinete presidencial. Devido a esse episódio, Isidoro deveria ser impedido de entrar ao gabinete do presidente, tarefa destinada ao capitão Antônio Sampaio, que era ajudante-de-ordens da presidência (VIVEIROS, 1965).

Isidoro Jansen, dias após ter estado no gabinete, decide retornar para contatar Figueira de Melo, que de acordo com Viveiros, o oficial Sampaio, apenas obedecendo ordens, interdita a entrada do comandante superior da Guarda Nacional. “Sampaio atira-o por cima dos ombros e vai deixá-lo à porta do palácio” (VIVEIROS, 1965, p. 41). A forma como se deu a situação foi encarada enquanto humilhante, principalmente levando em consideração o posto que Isidoro Jansen detinha.

O constrangimento não tardou a tomar proporção popular, o que fez com que Donana Jansen se dirigisse ao gabinete do presidente acompanhada de 400 homens, com o objetivo de forçarem à entrada no palácio, porém, havia um batalhão que defendia o local. Ouvindo o conselho de magistrados, a matriarca apelou para a justiça, o que fez com que Têmis transferisse o capitão Sampaio para lutar na Farroupilha no Rio Grande do Sul.

O partido “Bem-te-vi” propagandava as ideias ufanistas que ganharam popularidade e fizeram oposição ao partido conservador. Consoante Abranches (2012), foi Estêvão Rafael de Carvalho o principal representante desse partido e redator do jornal de mesmo nome. O ápice dos conflitos entre ambos os partidos foi em 1838, onde as difamações e tentativas de criar conflitos internos eram constantes, fora os assassinatos e ameaças públicas:

E o redator do *Cacambo* ameaçava abertamente a Estêvão Rafael de Carvalho de ter em breve o mesmo lúgubre destino de Vicente Ferreira Lavor Papagaio, o redator da *Sentinela Maranhense*, assassinado em plena luz do dia com 32 facadas em uma das ruas principais de São Luís. Para os liberais, os cabanos não passavam de “uma récuca de puças e de marotos.” No dizer dos conservadores, o partido bem-te-vi era apenas composto do “sabujo social formado de cabras e calhambolas” (ABRANCHES, 2012, p. 79)

O ideal de nacionalidade existente no partido liberal construiu a noção de sentimento antilusitano, em que defendiam o afastamento dos portugueses a todo o custo da província, mesmo que fossem necessárias medidas que os expulsassem do Maranhão. O temor pelos defensores do partido brasileiro era o retorno/instauração, por parte dos cabanos, do antigo sistema colonial. Neste caso, havendo de ambos os lados manobras das elites que controlavam seus respectivos interesses.

Em meio a esse acirramento político na província de São Luís, Ana Jansen se mostra uma peça importante que os homens do partido conservador não contavam que fosse entrar na disputa pela hegemonia. De acordo com Abranches (2012), a matriarca exerceu uma fortíssima influência nas empreitadas públicas e vida política ludovicense. No imóvel que se localizava na Rua Grande, foi um espaço que “Candidaturas de senadores, deputados e conselheiros municipais, escolhas e demissões de funcionários público, remoções e derrubadas de magistrados, tudo se discutia assentado nos conciliábulos dirigidos por aquela valorosa matrona” (ABRANCHES, 2012, p. 82).

Ana Jansen se tornara uma verdadeira protetora do partido liberal (Bem-te-vi), se tornando também, conseqüentemente, inimiga pública do partido conservador (Gavião). O Comendador Meireles não esperava a intersecção de Donana, o que fez dela sua maior rival política, pois àquela altura a matriarca era a fazendeira mais rica de todo o Maranhão. De acordo D. Martinha¹⁷, é nesse momento, mediante ao conflito bipartidário, que as fantasias e crueldades¹⁸ à respeito de Ana Jansen foram criadas, com o intuito de mancharem negativamente a sua imagem.

O início das desavenças com o comerciante luso Antônio José Meireles, de acordo com Viveiros (1965), teria se dado a partir de uma liquidação de contas, assim como outros alegam que se deu em virtude de um caso familiar. No geral o ódio era um sentimento comum

¹⁷ D. Marta Alonso Veado Alvarez de Castro Abranches, educadora espanhola, nascida provavelmente por volta de 1800 e falecida em 1888

¹⁸ “E, para demonstrar o ponto a que chegavam o aviltamento e o pavor dessas feras em frente à sua senhora, contavam que, quando esta ia ao sítio fronteiro a São Luís, na margem oposta do Anil, humildemente se deitavam sobre o tijuco, e formavam uma ponte humana sobre a qual passava ela a fim de não enlamear os seus sapatos de cetim.” (ABRANCHES, 2012, p. 85)

de ambas as partes, não sendo por menos o apelido de Pirata que Donana colocou no seu rival. “Não parece, entretanto, inverossímil que alguns navios piratas, com ligações em São Luís, tenham operado no litoral maranhense” (VIVEIROS, 1965, p. 42). De acordo com o autor, o apelido talvez tivesse o seu fundo de verdade.

Tal suspeita sobre o comendador foi inspiração para um dos romances de Sabas Costas denominado “Os amigos” (obra essa publicada no Semanário Maranhense em São Luís no ano de 1868). Meireles, mediante ao apelido de Pirata, sendo ele suspeita ou verdade, gerou rumores e comentários sobre a sua figura e reagiu tentando ridicularizar a imagem de Anna Jansen:

Donana Jansen teve muitos inimigos, mas o mais famoso deles foi o comendador Meireles, cuja inimizade gerou situações anedóticas para os moradores da cidade, como o episódio dos urinóis que o comendador Meireles trouxe da Inglaterra, contendo no fundo o retrato de Donana Jansen, colocando-os à venda no seu comércio. A reação foi rápida, tendo sido comprados por Donana através de terceiros, e quando comprou o último, mandou os seus escravos os quebrar em pedacinhos na porta do armazém do seu inimigo. (A VIVEIROS, In. MORAIS, 1999, p. 42 apud BRANTES, SANTOS, 2014, p. 07)

Abrantes e Santos defendem que os comportamentos da matriarca nada convencionais para uma mulher de sua época. Os insultos e difamações a seu respeito foi o preço que precisou pagar “por tentar ocupar um espaço de poder predominantemente masculino – o espaço público” (ABRANTES, SANTOS, 2011, p. 05).

As custas do Comendador Meireles foram possíveis fraudar resultados de urnas, assim como demitir funcionários, construir verdadeiras perseguições políticas, ameaças de homicídio e etc.. Os corcundas conseguiam vantagens fraudulentas mesmo sabendo que o partido brasileiro, tinha maior popularidade, conseqüentemente um maior número de eleitores. (ABRANCHES, 2012)

Mediante a permanência de comerciantes, políticos e oficiais lusos, após a adesão da independência na província do Maranhão os liberais sob o comando de José Cândido de Moraes e Silva e Frederico Magno de Abranches, em 1831, fizeram uma série de exigências e reivindicações frente ao Conselho Geral da Província. Estas giraram em torno na expulsão da província de todos os oficiais, funcionários e comerciantes que não fossem brasileiros natos, e também exigia a expulsão dos reconhecidos inimigos da independência, daqueles que iam de encontro com os ideais liberais (MEIRELES, 2001).

A Setembrada ocorreu em 13 de setembro de 1831, em virtude do fervor bipartidário, a revolta composta pela camada popular e apoio dos batalhões da guarda teve

inspirações liberais, e tomou como objetivo o afastamento dos portugueses e simpatizantes da coroa portuguesa dos cargos públicos e do comércio da província do Maranhão (SANTOS, 2016), fragilizando os partidários Cabanos que se encontravam aliados com os lusos.

Após a falha dos acontecimentos em setembro, dois meses depois um outro movimento surgiu e foi liderado novamente por José Cândido Mendes e Egídio Launé, contudo faltando uma frente militar que fornecesse diretriz (no primeiro motim tiveram o auxílio do coronel José Demétrio de Abreu, que morreu durante o conflito), foram derrotados com certa facilidade pelo capitão Feliciano Antônio Falcão. Posteriormente, os revoltosos presos, tiveram seus líderes fugidos para o interior da província. José Cândido e Egídio Launé foram convocados por Odorico Mendes que lhes ofereceu imunidade parlamentar. Contudo o movimento continuou sob o comando de Antônio João Damasceno, os revoltosos continuaram a exigir a expulsão dos lusos da província. Estes fizeram migrações por algumas vilas do interior e se articularam reunindo um grupo de uma centena de homens que marcharam rumo à São Luís, porém foram vencidos e Damasceno conseguiu escapar (MEIRELES, 2001).

Dirigiu-se para Caxias, continuou rumo à Parnaíba, reunindo homens para lutarem pelas reivindicações contra os não brasileiros natos. Por fim, voltou para o Maranhão e declarou ofensiva lutando na vila de Brejo, onde foi morto em julho de 1832, à 12 léguas abaixo da vila, no Boqueirão, dando fim de fato ao movimento iniciado em novembro de 1831 (MEIRELES, 2001).

Posteriormente, em 1838, eclode em meio à disputa entre Cabanos e Bem-te-vis, a revolta da Balaiada, que se introduz no contexto bipartidário enquanto uma frente de liberais exaltados. Por mais que o espírito de nacionalidade e a incessante busca por melhorias e direitos garantidos, a revolta da Balaiada foi encabeçada por integrante das camadas subalternas e integrado por grupos marginalizados onde pobres livres, quilombolas, jagunços, vaqueiros sem ocupação, e por este motivo contou com forte repressão imperial.

A revolta, conforme defende Janotti (1995), ainda recebeu um contingente de revoltosos advindos da Cabanagem, que ocorreu no Pará. Os liberais viram no movimento uma oportunidade para desestabilizar o governo e tentar reaver a hegemonia. Por mais proveitoso que fosse para o partido nacional se promover do conflito e garantir o encabeçamento da revolta, a mesma começou a dar traços de inconsistência, começaram a aparecer grupos que se formaram paralelos aos revoltosos da Balaiada, mas não defendiam os interesses liberais.

Sotero dos Reis pressionou por intermédio da *A Revista* os vários possíveis responsáveis pela formação da revolta entre os partidários liberais. Não conseguindo provas suficientes para consolidar suas suspeitas, já que “José Cândido já era morto; João Lisboa

desafiou-o a apresentar as provas; Rafael de Carvalho recolheu-se a Viana, em silêncio absoluto” (MEIRELES, 2001, p. 233). Na verdade, o movimento foi popular, alimentado por sentimentos de justiça e reivindicação dos direitos de liberdade.

Uma erupção de velhos ódios recalçados, por parte de colonos humilhados e explorados que, sem orientação, sem um objetivo preconcebido, envenenados pela demagogia de uma oposição política desabrida, atiraram-se à luta, como num estouro de boiada, quando se reconheceram ludibriados pela independência, que fora um mito, uma miragem que não satisfizera a seus elementares anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. O Brasil, o Maranhão, haviam se tornado independentes de Portugal, mas a vida para eles, por isso, não mudara absolutamente em nada. (MEIRELES, 2001, p. 233-234).

O movimento foi encabeçado pelo Balaio Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, e no comando de um grupo considerável de escravos fugitivos e aquilombados estava o negro Cosme. Conforme defende Meireles, o movimento recebeu foragidos da frustrada Confederação do Equador, assim como refugiados do mandato opressor do Visconde da Parnaíba (MEIRELES, 2001). Outro líder apontado pelo autor é Raimundo Gomes Vieira, este que era cafuzo, ordinário e refugiado do Piauí para o Maranhão, servia o fazendeiro e padre de Arari, Inácio Mendes de Moraes e Silva que era filiado ao partido Bem-te-vi.

A história de ambos se cruza com reivindicações e atos de liberdade. Meireles (2001) defende que Raimundo Gomes teve seus homens presos para fins de recrutamento, quando passava pela Vila da Manga, pelo cabano José Egito. Não conseguindo êxito em suas negociações pacíficas, pegou em armas para libertar os seus companheiros em 13 de dezembro de 1838, tornando-se assim um bandoleiro.

Os sentimentos de vingança perante anos cometidos pela colonização e os acontecimentos pós, possibilitaram aos revoltosos se identificarem profundamente com os ideais liberais propagados pelo partido Bem-te-vi. A Balaiada foi um movimento que resgatou muito das lutas que se deram na revolta da Setembrada, em 1831, já que o sentimento antilusitano permaneceu. Os balaioiros por fim mandaram para o governo da província, por escrito, exigências e condições para cessarem as investidas contra as vilas da província, diziam reconhecer a soberania e estariam submissos ao Imperador e à sua Constituição:

1. revogação da lei dos Prefeitos e da que organizara a Guarda Nacional;
2. prévia anistia para todos os revoltosos, decretada pela Assembleia Provincial;
3. Rs. 80:000\$000, para o pagamento do solo de suas tropas;
4. processo regular para os presos retidos nas cadeias públicas;
5. expulsão dos portugueses natos e restrição dos direitos dos que houvessem se naturalizado;
6. confirmação dos oficiais revoltosos em seus postos, mediante apuração regular da idoneidade de cada um; (MEIRELES, 2001, p. 236)

As elites, partindo desse pressuposto, necessitaram sufocar o movimento, financiando a repressão violenta através da Guarda Nacional, esta que tinha seus postos oficiais ocupadas por membros das famílias abastadas. A exemplo de Anna Jansen que contribuiu financeiramente para dar fim ao movimento, onde armou e fardou um batalhão da Guarda Nacional que era comandado pelo seu filho Izidoro Jansen Pereira enquanto tenente coronel para conter o movimento e libertar a vila de Icatu que se encontrava tomada pelos rebeldes balaios.

A expedição foi bem-sucedida, saindo as tropas da Guarda Nacional comandadas por Isidoro Jansen vitoriosa, e buscando o prestígio social “Donana conseguiu com essa atitude o reconhecimento de todos os que temiam a invasão da capital e contestavam sua liderança no partido bem-te-vi. Pela primeira vez recebia de quase todos os lados cumprimentos elogiosos.” (JANOTTI, 1995, p. 239). Posteriormente, no mesmo ano de 1839, o coronel Luís Alves de Lima foi eleito presidente da Província, submetendo os partidos e reprimendo violentamente o movimento, dando fim à Balaiada.

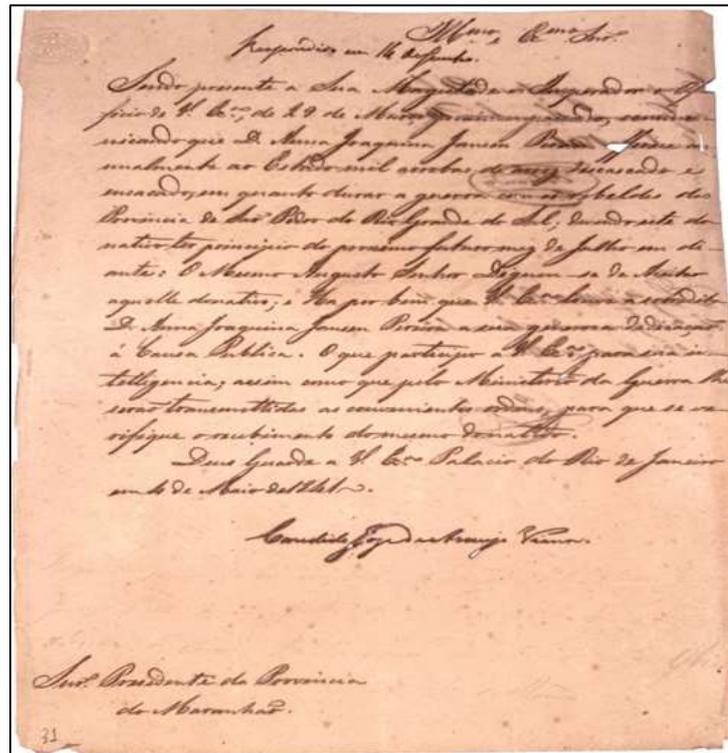
Partindo desse pressuposto, Anna Jansen, mediante ao sucesso do seu filho e da repressão da revolta, visto que foi responsável por financiar as tropas em uma das expedições que enfraqueceram o movimento, se lançou na política partidária para além da Província, atuando diretamente para o benefício do próprio país. Janotti defende que a matriarca usou e abusou do recurso do recrutamento forçado de homens para servirem no combate aos revoltosos que se alastravam pelo país.

É bastante comentado pelos cronistas o uso de recrutamentos abusivos no Maranhão antes e depois da Balaiada. Donana também não ficaria isenta desse pecado. [...] Em menos de um ano foram recrutados 1994 homens e destes 909 enviados para o sul do país a fim de reprimirem a Farroupilha. Segundo Jerônimo Viveiros de Castro, motivos vis acompanhavam as ordens de recrutamento:” Desta arma abusou Donana Jansen, não em holocausto ao seu ódio, mas para gáudio dos seus cacetistas. Bastava que um deles dissesse merecer fulano ou beltrano uma farda e lá ia o infeliz recrutado.” (VIVEIROS, 1999, p. 19 apud JANOTTI, 1995, p. 240).

A guerra dos farrapos foi a mais longa das revoltas regenciais no Brasil. Durou dez anos e ocorreu no Rio Grande do Sul, porém, não foi a revolta mais sangrenta do período das regências. No entanto, a longevidade dessa revolta assolava o Império brasileiro. Ana Jansen teve uma participação interessante durante esse período ofereceu ao governo Imperial mil arrobas de arroz descascado no intuito de ajudar o Império brasileiro a derrotar os revoltosos da Província do Rio Grande do Sul, e assim chegar ao desfecho dessa revolta. No Arquivo Público do Estado do Maranhão encontra-se o documento sobre essa ação da D. Ana Jansen no

ano de 1841, conforme a Figura 08, onde consta com a transcrição na íntegra do documento.

Figura 8 - Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão-1841



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão- 1841

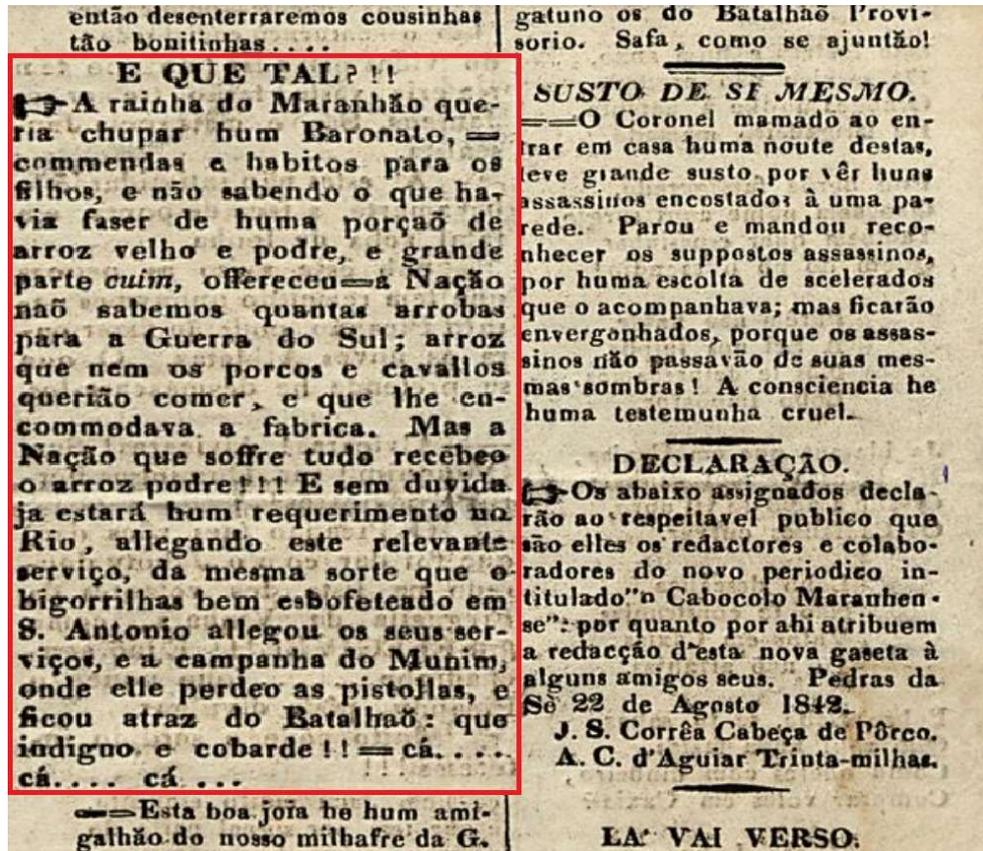
Sendo presente a Sua Magestade Imperador o Officio de V. Exa, de 29 de março próximo passado, comunicando que D. Anna Joaquina Jansen Pereira, oferece annalmente ao Estado mil arrobas de arroz descascado e ensacado, em quando durar a guerra com os rebeldes da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul; (...) e há por bem que V. E xa louve a sobretida D. Anna Joaquina Jansen Pereira a sua generosa dedicação a Causa Publica. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de maio de 1841

(Arquivo Público do Estado do Maranhão/ -Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão- 1841).

Essa ação de certa forma se torna curiosa partindo do pressuposto das intenções de Ana Jansen, quais eram as suas reais intenções contribuindo economicamente para o esfacelamento da revolta do Rio Grande do Sul? Ardilosa e subversiva Ana Jansen conseguiu chamar atenção de todos os brasileiros durante esse período.

Nos periódicos da época se falava muito da sua iniciativa seja de forma positiva ou pejorativa. No jornal *O Picapao*, que aproveitava as suas publicações para atacar a família Jansen, durante esse contexto atacou diretamente a figura da Ana Jansen na publicação do dia 22 de agosto de 1842 como podemos verificar na Figura 9:

Figura 9: Jornal do Picapao criticando a atuação de Ana Jansen na doação de arroz para o Império brasileiro



Fonte: O picapao 22 de agosto de 1842 p.03/ Biblioteca Benedito Leite

Como já foi mencionado Ana Jansen tinha grandes inimigos e essa atuação claramente não passaria despercebido pelos seus opositores no intuito de diminuir essa ação. Portanto, esse ato tem uma gama de significações, nos mostra que sim, Ana Jansen participou da política nos Oitocentos, seja com sua contribuição com o governo para sufocar a revolta dos Balaios ou fornecendo ajuda para as tropas na revolta do Rio Grande do Sul, assim como por meio dos seus familiares, especialmente com seus filhos, como já foi abordado ao longo dessa pesquisa.

É a partir da sua atuação na luta contra as revoltas populares no período regencial que a matriarca se vê convencida dos seus gloriosos méritos à sua significativa contribuição em especial à Balaiada e à Farroupilha. Donana Jansen solicita para si o título de Baronesa de Santo Antônio, em 1843, à D. Pedro II, e, de acordo com Janotti (1995) pediu também a Comenda da Ordem de Cristo aos seus filhos Isidoro Jansen e Manuel Jansen, e o Hábito da mesma ordem à Anastácio Jansen, Bruno e Joaquim Jansen. Contudo, o seu pedido não fora concedido, não constituindo assim o tão desejado título que iria lhe conferir nobreza brasileira. Ana Jansen

permaneceu influente socialmente nos anos posteriores, vindo a falecer em 11 de abril de 1869.

Essa ausência da resposta de D. Pedro II pode estar interligada ao imaginário das concepções das mulheres no século XIX, esse título poderia constituir mais poderes a Ana Jansen e assim, atuando de forma mais significativa na política provincial, logo distanciando dos papéis condicionados ao sexo feminino. Todavia, sem dúvida Ana Jansen influenciou, assim como participou mesmo que nas suas artimanhas da política provincial do século XIX. A sua atuação na política contribuiu para ferrenhas críticas acerca da sua imagem, sobretudo, por ser um ambiente único e exclusivo do sexo masculino. Essas críticas contribuíram para formação de lendas que permeiam na atualidade formando-se uma imagem pejorativa sobre Ana Jansen, devido aos seus desvios impostos pela moralização do papel feminino nos Oitocentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição social da mulher em São Luís no século XIX, estava subentendida ao moralismo que obrigava a ter uma conduta ‘perfeita’, em que honra, pureza, maternidade e fidelidade deveriam compor sua identidade. Em contrapartida, os homens exerciam um papel divergente desse ideal de perfeição, até os homens casados poderiam ter relacionamentos extraconjugais, ter livre acesso a ambientes isógenos que os ideais cristãos não permitiam, mas ambigualmente essa ação era tolerada pela igreja Católica. O acesso à educação superior, o livre trânsito nas ruas, as atuações na política são atos predominantemente masculinos, e lógico as mulheres não tinham espaço.

As mulheres que se arriscavam em exercerem ações preponderantes do sexo masculino, geralmente são intituladas como meretrizes por se desviarem das condutas impostas para o papel feminino, logo teriam a imagem corrompida e exposta em periódicos, mas de forma pejorativa esses atos poderiam também afastar-lhes do seu único objetivo de vida, que era o casamento.

A concepção do casamento e a importância se perpetuaram no período colonial, imperial e até mesmo republicano. Desde o ato do nascimento dessas mulheres, elas já estavam sendo preparadas para esse objetivo, da mesma forma, a educação teve um papel fundamental para um ambiente de construção da identidade dessas mulheres, mas sempre ressaltando seus papéis na sociedade que são: a missão de mãe, doméstica e religiosa para moldar o caráter e uma instrução intelectual que lhe possibilitava uma educação para dar aos filhos. Todavia, as mulheres de elite tinham os meios para burlar as condutas moralistas da época e, assim, acessavam lugares não permitidos para o seu sexo.

Da história de Ana Jansen, percebe-se a dualidade em extrapolar alguns aspectos das normas estabelecidas para as condutas femininas e ao mesmo tempo, a busca por meios para se inserir nos limites dos papéis sociais impostos ao sexo feminino, especialmente as mulheres das classes dominantes.

Ana Jansen, foi a mulher mais intensa e marcante do século XIX. Na vida privada exerceu muito bem como matriarca e soube direcionar os destinos da sua família, além de conseguir participar da esfera pública com atuações na política como (líder do partido Bem-te-vi) estava presente nas discussões políticas da época, assim como, a sua ação enviando uma ajuda financeira para a revolta do Rio Grande do Sul que possibilitou uma atuação em prol do Império brasileiro. Sem dúvidas, Ana Jansen atuou na política da província dos oitocentos. No âmbito econômico, ela também esteve presente como grande fazendeira, comerciante e tinha

uma das maiores fortunas da época. Seu comportamento nada convencional à sua época, e a forte atuação na província maranhense levaram-na a ser chamada, seja por admiração ou ironia, de ‘ ‘ Rainha do Maranhão’ ’. Dona Ana Jansen Pereira Leite, marcou a sociedade maranhense dos oitocentos, e o seu nome se perpetuou por diversas gerações, e ainda é presente na memória coletiva.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

1- MANUSCRITOS

ACERVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO- INVENTÁRIO DO CÓDICES

- Registro de óbito do Isidoro Rodrigues Pereira. 1825 - Livro 8 de registro de óbitos da Freguesia N.S. da Vitória da Igreja Catedral da (Sé)1819-1826

- Autos de habilitação de casamento do Teodoro Jansen Moller e D. Maria de Castro Cavalcante. 1764- Livro 86 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1759-1773

- Autos de habilitação de casamento do Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller. 1792- Livro 88 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1790-1798

ACERVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO- AUTOS DA CÂMARA ECLESIAÍSTICA EPISCOPAL

- Autos para declaração de filiação dos órfãos do Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, o requerimento de Dona Anna Joaquina Jansen Pereira 1832. Doc 4339 1803-1841 Cx :125

- Autos de justificação de batismo do justificante José Jansen do Paço 1832. – Docs 3826 1830-134 Cx: 107

-Requerimento e Petição de D. Anna Jansen Pereira 1834. – Docs 531 1833-1837 Cx: 12

ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. Documentos do Setor de Avulso

Fundo: Secretaria do Governo

- Requerimento/ Processos de sesmaria na Ribeira do Alto do Mearim da Anna Joaquina Moller de Castro – 1804

- Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão- 1841
- Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império 1849

MUSEU DESEMBARGADOR LAURO DE BERRETO MARTINS

- Registro de testamento de Margarida de Castro Jansen Esteves 1824. Fl 93 v. 99
Data de realização: 15/12/1824
Data de abertura: 29/12/1824
Local: São Luís- Maranhão
- Registro de testamento de Joana Michaela de Castro Jansen 2016. Fl 126-134
Data de realização: 17/08/1815
Data de abertura: 06/08/1816
Local: São Luís- Maranhão
- Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira 1825. Fl 247-257 v
Local: São Luís

ARQUIVO JUDICIÁRIO DESEMBARGADOR MILSON DE SOUSA COUTINHO

Relação dos escravos pertencentes a Anna Joaquina Jansen Pereira Leite- 1871

2- Periódicos Maranhenses

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

-Jornal A Situação: 1864

BIBLIOTECA BENETIDO LEITE

-Publicador Maranhense: 1858,1869

- O picapao: 1842

3- Legislação:

Lei de financiamento de estudo para estudantes da província do Maranhão do ano de 1849.

MARANHÃO. Lei N. 264- de 13/12/1849.- Lei que autoriza mandar qualquer habitante

da Província a estudar em qualquer Estado da Europa.

Lei de criação do Liceu Maranhense no ano de 1838.

MARANHÃO. Lei N.77- de 24/07/1838. – Lei que autoriza a criação de um Liceu na capital São Luís.

4- **Relatórios e Falas**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

-Relatório com que o Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Franco de Sá passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Joaquim Álvares do Amaral-1847

-Relatório com que o Exmº. Sr.Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos, presidente da Província passou a administração da mesma no dia 27/05/1880 ao Exmº. Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro, 1º Vice-Presidente acompanhado do que apresentou este Exmº. Sr. Dr. Cincinato Pinto da Silva, Presidente da Província no dia 24/07/1880

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, D. De. **O cativoiro**. 3. ed. São Luís: Academia Brasileira de Letras. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Secretaria do Estado da Cultura, Edições AML/ALUMAR, p. 81-88. 1992. 2012.

ABRANTES, E. S. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora Uema, 2014.

ABRANTES, E; Santos, S R. **Ana Jansen a mulher e o mito**. São Luís,2011.

ABRANTES. E.S. **História Regional**- São Luís: UEMANET,2013.

ADLER, D. A. **A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense**. São Luís: Editora Malê Pegar, p. 1-14, 2018.

ALVAREZ, M. **“Empoderamento”** - a visão transpessoal do ‘empoderamento’ como o primeiro passo para uma mudança de paradigma. [*E-book*], p. 1-25. 2014. Disponível em: <https://blob.contato.io>. Acesso em: 9 maio 2021.

AMARAL, J. R. **Ephemerides maranhense 1499-1823**. São Luís, Academia Maranhense e do Instituto Histórico, 1923.

ASSIS, M. E. A. de; SANTOS, T. V. dos (orgs.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

ASSUNÇÃO, M. R. **De caboclo a Bem-te-vis: Formação do Campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850**. São Paulo: Annablume,2015.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. 30.ed. São Paulo: Ática,1997.

AZEVEDO, A. **O mulato**. 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

BALTHAZAR, G. D. S. **A (s) Cleópatra (s) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito das Vidas Paralelas**. UFPR, Curitiba,2013.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo II: a experiência vivida..** 2. ed. [Trad. Sérgio Milliet]. Librairie Gallimard, Paris, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEZERRA, A. A. C.; LIMA, I. A. A mulher no cenário da cultura escolar brasileira: do século XVIII ao XXI. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca.**, v. 10, n. 21, p. 351-60, maio/ago. 2018.

BOUDIEU, P. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Brasil S.A, 1989.

BRASIL, B. **O Conciliador do Maranhão**. [recurso eletrônico]. Biblioteca Nacional Digital, 24 maio 2018.

CAMPOS. M. H. **Senhoras Donas**. Economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café & Lápis; FAPEMA,2010.

CARSON, A. C. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 187-218. 1995.

COELHO, L.M; BAPTISTA, M. A história da inserção política da mulher no Brasil. Uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. psicol. Polít.** v. 09 no 17 São Paulo jun,2009

COSTA, Y. M.P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciência Sociais – RBHCS**. São Luís, Vol. 10N. (P. 01-23) 20, julho- dezembro 2018.

DORNELES, B. V. **A américa latina é feminina: literatura, história e feminismo no século XIX**. XIV Seminário Nacional de Literatura, História e Memória: Texto, Crítica e Escritura na Contemporaneidade e V Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano (SLHM), p.1-15, nov. 2020.

FADIGAS. L. **De alcobaça à independência do Brasil**. O coronel Isidoro Rodrigues Pereira e as transformações sociais, econômicas e políticas no Maranhão colonial entre 1755 e 1825.Lisboa. Edição Sílabo, Lda. Set. 2021.

FEITOSA FILHO, C. B.; FREIRE, Z. R. N. dos S. A invisibilidade da escrita feminina na literatura brasileira oitocentista: Maria Firmina dos Reis – uma maranhense rompendo barreiras e fazendo história. **Brazilian Journal of Development.**, Curitiba, PR, v. 6, n. 10, p. 83150-161, oct. 2020.

FERNANDES, C. S.; BARROSO, F. M. Presença e atuação de mulheres em espaços culturais no Rio de Janeiro do século XIX: o que podem as mulheres em festa? **Revista Contratempo**, Niterói, v. 38, n. 1, p. 7-21, abr./jul. 2019.

GALVES, M.C. **‘Ao Público Sincero e Imparcial’**: Imprensa e Independência na Província do Maranhão (1821-1826). Café & Lápis; São Luís, Editora UEMA, 2015

GALVES, M. C. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

JANOTTI, M d. L. M. Três mulheres da elite maranhense. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p. 225-48. 1996.

LACROIX, M. d L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.

LAQUER, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. [Trad. Vera Whately]. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMONS, C. T. Religião e patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Rev. Caminhos**, Goiânia, GO, v. 11, n. 2, p. 201-17, jul./dez. 2013.

LIMA, C. d. **História do Maranhão**. Brasília: Gráfica do Senado, 1981.

LOPES, A. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1953.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MATOS, M. F. B; ARAÚJO, R. C. A. d. Imprensa no Maranhão: Trajetória Bicentenária. **Outros Tempos**, São Luís, v.18, n.32, p.169-175, 2021.

MEIRELES, M.M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001

MEIRELLES, J.G. Revolução do Porto e a volta da Família Real para Portugal. *In: A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [recurso eletrônico]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, p. 55-77.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. **Rev. Direito e Desenvolvimento.**, João Pessoa/PB, v. 8, n. 2, p. 261-78, nov. 2017.

MONTELEONE, J. de M. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e:48913, p. 1-11. 2019.

MONTELLO, J. **Tambores de São Luís: a saga do negro brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MOORE, H. **Compreendendo sexo e gênero**. [recurso eletrônico]. [S.l.], 1997. p. 1-17.

MORAES, J. **Ana Jansen, rainha do Maranhão**. 2. ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

MORAES, J. **Guia de São Luís do Maranhão**. 1 ed. São Luís, Editora Legenda, 1989.

NAVAZ, M. G. Gênero: para além da diferença sexual. **Rev. Da Literatura Aletheia.**, Canoas, RS, Brasil, n. 32, p. 174-82, maio/ago. 2010.

NOVAES, I. R. M. **Ana Jansen**: empreendedorismo feminino no século XIX. Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 141 p.

PEREIRA, J. d J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Dissertação (Doutorado em História Social). São Paulo, nov. 2006. 203 p

PERROT, M. **Os excluídos da História- operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, L, A; FEITOSA, A, C. Um fenômeno urbano em São Luís, estado do Maranhão: a Companhia Anil e o sistema de canalização do abastecimento d'água na urbe oitocentista (1855 a 1862). **História e Cultura, Franca**, v. 6, n. 3, p.252-280, 2017.

POMADA, G. História das Mulheres, História do Gênero. Observações sobre a idade Média e a Época Moderna na História das mulheres no Ocidente. In DUBY, Georges; PERROT, M. **As mulheres e a História. Lisboa: Publicações Dom Quixote**, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 40. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRETO, A. dos S. SCHORR, J. S. O empoderamento feminino sob a perspectiva histórico-cultural da trajetória da mulher, desde o século XIX até os dias atuais. **Ius Gentium.**, Curitiba, PR, v. 11, n.1, p. 82-112, jan./abr. 2020.

RESENDE, R.S. “ **Atenas brasileira**”. **Representação sobre o mito (1840-1880)**. 2007. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2007.

REZENDE FILHO, J. D. (2012). **Dona Ana Joaquina Jansen Pereira e seu nascimento** (Edição eletrônica).

RIBEIRO, M. J. B. **Maranhão de outrora (1819-1924)**: memórias de uma época. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.

RODRIGUES LOBATO. M.J. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. São Luís, 2010- Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-36. 2001.

SAMPAIO, E. S. **Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: o caso Anna Jansen, a rainha do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão. Braga, Portugal, out. 2015.

SAMPAIO, E. S.; GOMES, D.; PORTE, M. História da contabilidade e o gênero feminino: o

caso Anna Jansen, a rainha do Maranhão (séc. XIX). **De Computis, Revista Española de História de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting Histpry**, n. 26, p. 59-89, jun. 2017.

SANTOS, A. R. G. **Uma História de Partidos: organização e atuação políticas da Elite Maranhense a partir da Assembleia Provincial e da presidência da Província (1842-1857)**. São Paulo, 2016- Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, 2016.

SANTOS, M. R. Dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. **Rev. Estudos Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e37361. 2018.

SANTOS, W. **Perfil de Ana Jansen**. São Luís: SIOGE, 1978.

SERRA, J. **Sessenta anos de jornalismo – a imprensa no Maranhão (1820-1880)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fari & Lino, 1883. [*E-book*]

SILVA, C. Da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**, p. 1-9. 2012.

SILVA, M. C. S. **O tribunal do santo ofício e a busca pela uniformidade da fé**. Simpósio Internacional de Estudos Inquisitórios, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Salvador, p. 1-16, ag. 2011.

SOARES, R. P. **Imprensa e independência do Brasil: o discurso de liberdade em *A Malagueta, Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho* nos anos de 1821 e 1822**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2016.

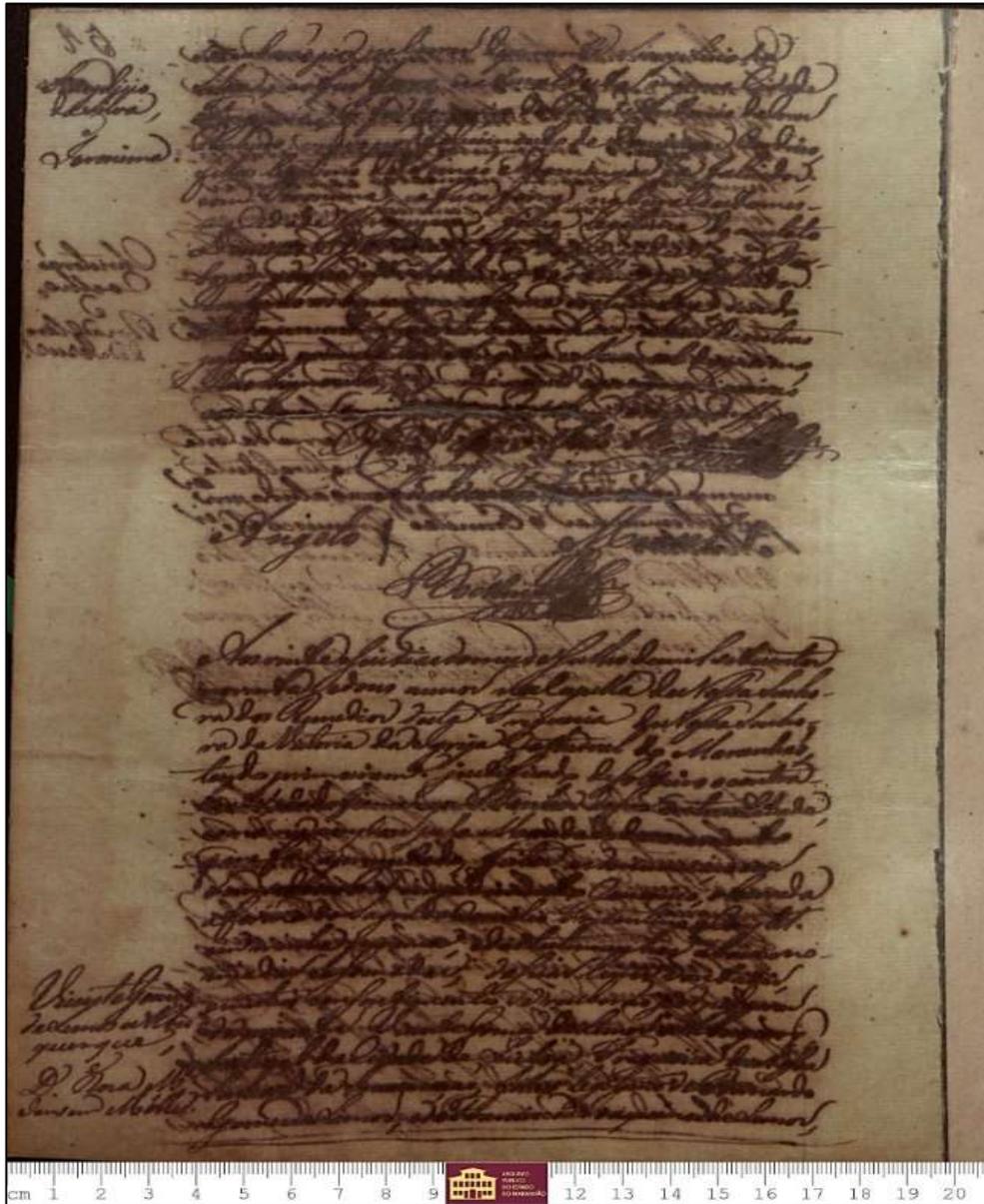
SOUSA, Rainer G. **“Cabanagem”**. [recurso eletrônico]. Brasil Escola, 2021.

VIVEIROS, J.J. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: Alumar, 1999.

VIVEIROS, J.J. **A rainha do Maranhão**: São Luís: Senec. Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1965

WEBER, G. M. A questão de gênero. p. 39-45. 1997. **In: Gênero, sexualidade. Rev. Democracia & Educação**, 40 anos, Vitória, ES, Programa de Pós-Graduação em Educação, PGE, n. Especial, dez. 2018.

ANEXO C - Autos de habilitação de casamentos do Vicente Albuquerque e Rosa Jansen



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão /Autos de habilitação de casamento do Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller. 1792- Livro 88 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1790-1798

ANEXO D - Óbito do Isidoro Rodrigues Pereira



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Registro de óbito do Isidoro Rodrigues Pereira. 1825 - Livro 8
 de registro de óbitos da Freguesia N.S. da Vitória da Igreja Catedral da (Sé) 1819-1826.

ANEXO E - Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira

De att quarto 1825 do Coronel
 Isidoro Rodrigues Pereira
 minha filha de defunta - que se acha
 vivada a qualquer tempo e qualquer
 Isidoro Rodrigues Pereira

Registro de
 Testamento com que nesta
 Cidade fazem o Coronel
 Isidoro Rodrigues Pereira
 em doze de att quarto do
 corrente anno de Festa
 mentiro que assistou a pes
 tamentaria a filha do
 ora e sua Joaquina Hansen
 Pereira semelha nome de
 att quarto do referido anno 1825

Mil e oito e mais vinte
 cinco, Testador o Coronel
 Isidoro Rodrigues Pereira -
 Autos Civis de Testamento
 com que fazem o Coronel
 Isidoro Rodrigues Pereira

Fonte: Museu Desembargador Lauro de Berreto Martins/ Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira

1825. Fl 247-257v.

ANEXO G - Registro de testamento da Margarida de Castro Jansen Esteves

Registro do Testamento
 sempre neta Cidade falleo
 Dona Margarida de Castro
 Jansen Esposa em viuvez
 de Dezembro de mil oitocentos
 vinte e quatro. Testamentos
 que se fizeram a Testamentaria
 pelo marido e por si
 Esposa em 11 de Janeiro de 1824

Mil oitocentos vinte e quatro
 Testadora Dona Margarida de
 Castro Jansen Esposa e Tutora Ci-
 vili de Testamento sempre falleo
 Dona Margarida de Castro Jansen
 Esposa Esposa - Esposa - Recor-
 Autoante - Recor. da Cidade - Recor. do Alvará
 mento do Alvará Jansen Jansen Esposa
 de mil oitocentos vinte e quatro an-
 nos de trinta e tres dias de Janeiro
 de oitocentos vinte e quatro da
 Cidade de Curitiba em meu Escritorio au-
 toante do Testamento sempre falleo
 Dynabaldo de Castro Jansen
 Esteves Esposa e que adiante se
 segue de que foi oitocentos
 pelo Notario publico de Curitiba E.
 Testante civill escripto - Em Nome da
 Santa e Ilustre Trindade Padre

Fonte: Museu Desembargador Lauro de Berreto Martins / Registro de testamento de Margarida de Castro Jansen

Esteves 1824. Fl. 93v. 99.

ANEXO I - Relação de escravos pertencentes a Ana Jansen

Relação N.º 1159 dos escravos pertencentes a *Anna Jansen Pereira Leite* residente na Província do Maranhão no município de *Captal de São João* Paróquia d *S. João*

DECRETO N.º 4883, DE 4.º DE DEZEMBRO DE 1871—ART. 2 DO REG. PARA SUA EXECUÇÃO.

Nome	Côr.	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Afidição para o trabalho	Profissão	Observações
1159-1 Joanna	preta	57	solteira	afriicana	S. João	anda habilitada	Costureira	
1159-2 Christiana	mulata	47		maranhense	S. João	capa d. l. l. l.	Costureira	
1159-3 Cassiana	preta	18			S. João	boa	Costureira	
1159-4 Estebana	mulata	14			S. João	boa	Costureira	
1159-5 Leopoldo		2			S. João			S. baptista
1159-6 Jansen		9			S. João			
1159-7 Baptista		10			S. João	boa		
1159-8 Leocadia	preta	11			S. João	boa	Costureira	
1159-9 Maria		11			S. João	boa		
1159-10 Joana	preta	18			S. João	boa		
1159-11 Gabriel		14			S. João	boa		
1159-12 Joana	preta	14			S. João	boa	Costureira	
1159-13 Joana	preta	14			S. João	boa		
1159-14 Joana	preta	14			S. João	boa		
1159-15 Frederico		14			S. João	boa	Costureira	
1159-16 João		14			S. João	boa		
1159-17 Walter		14			S. João	boa		
1159-18 Clemente		14			S. João	boa		
1159-19 Benedito		14			S. João	boa		
1159-20 Joana		14			S. João	boa		
1159-21 Joana	mulata	14			S. João	boa	Costureira	
1159-22 Maria	preta	15			S. João	boa		
1159-23 Joana	mulata	15			S. João	boa	Costureira	
1159-24 Joana	preta	17			S. João	boa		
1159-25 João		9			S. João	boa		
1159-26 Joana	preta	9			S. João	boa		
1159-27 João	preta	20			S. João	boa	Costureira	
1159-28 João		21			S. João	boa		
1159-29 Valde		22			S. João	boa		

Fonte: Arquivo Judiciário desembargador Milson de Sousa Coutinho/Relação dos escravos pertencentes a Anna Joaquina Jansen Pereira Leite - 1871.